

## **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2016**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW\*, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

*\*Informação não auditada por auditoria independente*

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A ANEEL estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2021, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN, através das Resoluções Homologatórias:

- 1.407/2012 de 21 de dezembro de 2012 (cotas-partes de 2013 a 2018)
- 1.663/2013 de 03 de dezembro de 2013 (cotas-partes de 2019)
- 1.830/2014 de 25 de novembro de 2014 (cotas-partes de 2020)
- 2.011/2015 de 15 de dezembro de 2015 (cotas-partes de 2021)

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 277.870 em 30 de junho de 2016 (R\$ 303.750, negativo, em 31 de Dezembro de 2015).

## **NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **a) Base de preparação**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 09 de agosto de 2016.

As demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2016 estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a indicação das alterações relevantes ocorridas no período e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e tendo sido mantidas as mesmas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, a exceção de certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo, conforme segue:

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido de valor presente da obrigação do benefício definido.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

#### - Transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

As taxas utilizadas na conversão da moeda estrangeira para a moeda de apresentação estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa Final		Taxa Média	
			30/06/2016	31/12/2015	2º Trim./16	2º Trim./15
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	3,2098	3,9048	3,5076	3,0729
EUR	Euro	União Europeia	3,5414	4,2504	3,9624	3,4011

#### - Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

## **b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

### ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

## **NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### **3.1 - Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos**

#### **3.1.1. – Operação Lava Jato**

Em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas responsáveis, principalmente, por obras no setor de infraestrutura no Brasil.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa em 2015 em conexão com tal Operação, envolvendo empresas que também prestam serviços para a Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear (“Eletronuclear”) (UTN Angra 3), controlada da Eletrobras, e para determinadas sociedades de propósito específico nas quais a Eletrobras ou suas controladas detêm participação, o Conselho de Administração da Eletrobras decidiu pela

contratação de um escritório com a expertise necessária para conduzir uma investigação independente com o intuito de avaliar a eventual existência de irregularidades que violem o *Foreign Corruption Practice Act* (FCPA), a Lei anti-corrupção brasileira e/ou o código de ética da Eletrobras em determinados empreendimentos, tendo o escritório de advocacia *Hogan Lovells* sido contratado em 10 de junho de 2015 com essa finalidade.

Tal investigação independente é supervisionada por uma Comissão Independente para Gestão da Investigação, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 31 de julho de 2015, com a finalidade de garantir a independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório *Hogan Lovells*. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários.

Ainda sobre a Operação Lava-Jato, importa mencionar que em 29 de abril de 2015, em razão de notícias que tratavam de um suposto esquema de corrupção, o então Diretor-Presidente da Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou seu licenciamento e em 04 de agosto de 2015 renunciou ao cargo. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva foi condenado, em primeira instância, pelo juiz da 7ª Vara Federal Criminal, a 43 anos de prisão, pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, embaraço às investigações, evasão de divisas e participação em organização criminosa. A sentença em questão não implica no encerramento da investigação independente conduzida pelo escritório *Hogan Lovells*, contratado pela Eletrobras, a qual continua em curso. A Eletrobras participa desta ação penal na qualidade de assistente de acusação.

Quanto à construção da Usina de Angra 3, importa mencionar que a Eletronuclear suspendeu os contratos de montagem eletromecânica e de obra civil, tendo o consórcio ANGRAMON proposto uma ação requerendo a rescisão de seu contrato. Tal ação não teve antecipação de tutela deferida e tampouco sentença proferida.

Outrossim, em decorrência de notícias citando o suposto envolvimento do então Diretor da Eletrobras Eletronorte, controlada da Eletrobras, o Sr. Adhemar Palocci, e do então Diretor de Geração da Eletrobras, Sr. Valter Luiz Cardeal, na prática de supostos atos ilícitos em conexão com a Operação Lava-Jato, em 31 de julho de 2015 ambos solicitaram licença de seus cargos como diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, e no dia 05 de agosto de 2015 o Sr. Valter Luiz Cardeal solicitou licença também dos Conselhos de Administração das empresas CGTEE, Amazonas GT e Eletrosul, todas controladas da Eletrobras. Os Srs. Adhemar Palocci e Valter Luiz Cardeal, que inicialmente foram afastados de suas funções, foram substituídos, em definitivo, de suas funções de diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, bem como do Conselho de Administração da Norte Energia. O Sr. Adhemar Palocci, por ser empregado da subsidiária Furnas, continua como empregado das Empresas Eletrobras, até apuração de todos os fatos.

Em 06 de julho de 2016 a Polícia Federal deflagrou a operação denominada *Pripyat* no qual a Polícia Federal cumpriu mandados de prisão, concedidos pelo Exmo. Sr. Juiz da

7ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro, contra ex-administradores e administradores que já se encontravam afastados da ELETRONUCLEAR e contra terceiros.

Os mandados de prisão expedidos foram contra os ex-diretores da Eletronuclear, Srs. Othon Pinheiro da Silva e Pêrsio José Gomes Jardim, bem como contra os administradores e funcionários da Eletronuclear Srs. Luiz Antônio de Amorim Soares, Edno Negrini, Luiz Manuel Amaral Mesias e José Eduardo Brayner Costa Mattos, que já estavam afastados da Eletronuclear, por decisão tomada pelo Conselho de Administração da Companhia anteriormente e que, recentemente, também foram desligados da Eletronuclear.

No âmbito de Operação denominada *Pripyat*, a Polícia Federal também cumpriu mandados de condução coercitiva para prestar depoimentos e esclarecimentos contra empregada afastada da Eletronuclear, contra terceiros e também contra os Senhores Valter Luiz Cardeal, e Pedro Figueiredo, então Presidente da Eletronuclear, que foi afastado na mesma data, do referido cargo, por decisão judicial, tendo tal afastamento se tornado definitivo por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Eletronuclear em 29 de junho de 2016, que elegeu o empregado, Sr. Bruno Campos Barretto, como Presidente.

Não obstante a decisão judicial condenatória pelo juiz da 7ª Vara Federal Criminal, a investigação independente conduzida pelo escritório *Hogan Lovells*, contratado pela Eletrobras, continua em curso, e, na medida em que os referidos trabalhos evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam informações e dados suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos, a eventual ocorrência de impactos sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente.

Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir nestas Demonstrações Financeiras interinas eventuais impactos, se houver, relacionados a este tema.

## **Arquivamento Formulário 20-F**

Os trabalhos de investigação em curso, conduzidos pelo *Hogan Lovells*, ainda não estão substancialmente completos, portanto, as informações disponíveis não são suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de impactos sobre as Demonstrações Financeiras. Não obstante os esforços da Companhia e a dedicação de todos os recursos financeiros, de pessoal e de terceiros, o cronograma da investigação em referência foi fortemente impactado por dificuldades enfrentadas na investigação de determinadas Sociedades de Propósito Específico nas quais a Eletrobras detém participação acionária minoritária devido as limitações decorrentes da legislação societária brasileira, assim como, a dificuldade de acesso a depoimentos e delações premiadas, mantidas sob sigilo, no âmbito da operação "Lava Jato".

A Companhia vem envidando todos os esforços para desenvolver procedimentos e metodologias, de forma endereçar, satisfatoriamente, o assunto.

Por não ter ocorrido o arquivamento tempestivo do formulário 20F de 2014 da Eletrobras, a NYSE suspendeu em 18 de maio de 2016 a autorização para a negociação dos *American Deposit Shares (ADS)* emitidos pela Companhia junto à NYSE (*Ticker EBR e EBR-B*), enquanto está em curso o processo de deslistagem.

Durante o período de suspensão, os *ADS* estão sendo negociados no mercado *Over the Counter (OTC)*, com os *tickers EBRBY e EBRYY*.

Em 02 de junho a Eletrobras apresentou o formulário *Request for Review* junto à NYSE, com os temas que pretende contemplar no recurso a ser apresentado no âmbito do processo de deslistagem dos *American Deposit Shares (ADS)* emitidos pela Companhia. Em 2 de agosto de 2016, foi apresentado o *Brief on Appeal*, com o desenvolvimento dos temas a serem apresentados, pela Eletrobras, na audiência de recurso, agendada pela NYSE para 13 de outubro de 2016.

Caso a decisão definitiva da NYSE seja pela deslistagem, a Eletrobras poderá alterar seu Programa de ADSs para que os referidos ADs possam continuar sendo negociados no mercado *Over the Counter – OTC*.

Em qualquer caso, a Eletrobras continuará trabalhando para que a investigação em curso seja concluída de forma independente e para apresentar seus Formulários 20-F de 2014 e 2015, na forma requerida pela legislação pertinente.

## NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

As descrições dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras estão identificadas a seguir:

DESCRITIVO	Mensuração	2016		2015	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Empréstimos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	1.786	1.786	6.884	6.884
Clientes	Custo Amortizado	212.731	212.731	108.388	108.388
<b>Ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado</b>					
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo	559.145	559.145	644.351	644.351
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>					
Fornecedores	Custo Amortizado	777.198	777.198	885.635	885.635
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	7.587.745	7.587.745	6.828.095	6.828.095

O valor de mercado dos instrumentos, em 30 de junho de 2016, se aproxima do valor registrado nas demonstrações financeiras trimestrais. A Companhia não realizou operações com derivativos.

#### **4.1 - Fatores de risco**

O Conselho de Administração da Companhia (CA) tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Auditoria Interna e a Gerência de Riscos e Conformidades de Controles são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O reporte de suas atividades é feito regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a ELETRONUCLEAR está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A ELETRONUCLEAR, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

##### **a) Riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e outros riscos de preço - que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno, a saber:

##### **a.1) Risco de taxa de câmbio**

Os riscos de flutuação nas taxas de câmbio podem estar associados às exposições de algumas moedas em relação a ativos e passivos da Companhia, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo financeiro para descomissionamento e fornecedores) e ao euro (fornecedores).



Com exceção de compra de dólar futuro, detalhado na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição.

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 30 de Junho de 2016								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2016	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO POSSÍVEL 2016	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO REMOTO 2016	PERDA ESTIMADA
Dólar Americano	(1.232)	(3.956)	3,4600	(307)	3,8060	(733)	3,5573	(427)
TOTAL		(3.956)		(307)		(733)		(427)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 31 de Dezembro de 2015								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2016	GANHO ESTIMADO	CÂMBIO POSSÍVEL 2016	GANHO ESTIMADO	CÂMBIO REMOTO 2016	PERDA ESTIMADA
Dólar Americano	2.480	9.658	4,2500	882	4,6750	1.936	3,2805	(1.522)
TOTAL		9.658		882		1.936		(1.522)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE SALDO FORNECEDOR - 30 de Junho de 2016									
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	SALDO EM 30/06/2016	CENÁRIO I			CENÁRIO II		
				CÂMBIO PROVÁVEL 2016	SALDO PROVÁVEL R\$ MIL	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO MÉDIO 2015/2016	SALDO PROVÁVEL R\$ mil	PERDA ESTIMADA
Euro	(39.852)	(123.851)	(141.133)	3,9096	(155.806)	(14.673)	3,8959	(155.260)	(14.127)
Dólar Americano	(1.514)	(5.111)	(4.861)	3,4600	(5.239)	(378)	3,5573	(5.387)	(526)
TOTAL		(128.962)	(145.994)		(161.045)	(15.051)		(160.647)	(14.653)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE SALDO FORNECEDOR - 31 de Dezembro de 2015									
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	SALDO EM 31/12/2015	CENÁRIO I			CENÁRIO II		
				CÂMBIO PROVÁVEL 2016	SALDO PROVÁVEL R\$ MIL	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO MÉDIO 2014/2015	SALDO PROVÁVEL R\$ mil	GANHO ESTIMADO
Euro	(25.156)	(85.927)	(106.921)	4,7807	(120.261)	(13.340)	3,7387	(94.049)	12.872
Dólar Americano	(9.563)	(34.468)	(37.340)	4,2500	(40.641)	(3.301)	3,2805	(31.370)	5.970
TOTAL		(120.395)	(144.261)		(160.902)	(16.641)		(125.419)	18.842

A taxa de câmbio utilizada no cenário provável foi extraída da divulgação efetuada pelo *OECD Economic Outlook*; a taxa de câmbio do cenário possível é uma estimativa 10% superior ao cenário provável; e a taxa no cenário remoto foi calculada com base na média simples do fechamento de câmbio do ano corrente e anterior divulgados pelo Banco Central.

## a.2) Risco de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição a risco de juros não é significativa, visto que os empréstimos e financiamentos contratados estão indexados à UFIR e TJLP ou não possuem qualquer indexador, como é o caso do contrato de financiamento com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que possui taxa de juros fixa ao longo do contrato; enquanto os demais estão indexados à taxa DI-Over. Além disso, todos os recursos são captados em moeda nacional, o que reduz a exposição cambial.

A UFIR não sofreu qualquer variação no período, visto que foi extinta em 2000 e está congelada desde então. A TJLP, que é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), foi mantida em 7,50%, durante o segundo trimestre de 2016. O impacto para a ELETRONUCLEAR é suavizado pelo fato do contrato de financiamento com o BNDES prever que qualquer valor da TJLP que exceda o patamar de 6,00% ao ano é capitalizado ao saldo devedor. Além da taxa referente à TJLP, o contrato com o BNDES prevê o pagamento de um spread fixo de 1,72%.

Aproximadamente 9% do montante dos empréstimos e financiamentos contratados pela ELETRONUCLEAR estão indexados à taxa DI-Over, apurada pela CETIP, que registrou variação de 3,0% durante o segundo trimestre de 2016. Os prazos de vencimento dos contratos indexados à esta taxa são mais curtos que os demais contratos de financiamento da empresa.

Segue abaixo a exposição total do risco de juros:

EXPOSIÇÃO A RISCO DE JUROS									
FINANCIAMENTO E EMPRÉSTIMOS	Moeda	Indexador	Taxa Efetiva	30/06/2016		31/12/2015		31/12/2014	
				Principal	Juros *	Principal	Juros *	Principal	Juros *
<b>ANGRAS 1 e 2:</b>									
ELETROBRAS	R\$	UFIR	7,00%	354.659	128.984	382.984	141.975	439.635	170.932
ELETROBRAS - PSPE	R\$	Taxa DI-Over	16,86%	116.667	12.658	150.000	23.769	-	-
ELETROBRAS - Angra 3/PSPE	R\$	Taxa DI-Over	16,86%	149.683	85.534	149.683	91.716	149.683	97.493
ELETROBRAS - PLR	R\$	Taxa DI-Over	16,86%	1.927	28	11.560	681	-	-
ELETROBRAS - INB	R\$	Taxa DI-Over	19,41%	133.000	29.790	-	-	-	-
<b>ANGRA 3:</b>									
ELETROBRAS - RGR -	R\$	UFIR	5,50%	594.250	379.948	594.250	396.290	594.250	428.973
ELETROBRAS - Angra 3/PSPE	R\$	Taxa DI-Over	16,86%	295.751	169.002	295.750	181.215	295.750	192.633
BNDES	R\$	TJLP	9,22%	3.349.048	3.096.628	3.194.062	3.074.803	2.622.387	2.290.961
CEF	R\$	Sem indexador	6,50%	2.592.760	2.318.260	2.030.191	1.882.838	-	-
<b>TOTAL</b>				<b>7.587.745</b>	<b>6.220.832</b>	<b>6.808.480</b>	<b>5.793.287</b>	<b>5.133.318</b>	<b>3.180.992</b>

\* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais

## b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro que falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013, comercializada através da

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, evidencia que apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR. Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção.

Houve o registro de inadimplência por parte de duas distribuidoras.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

PRINCIPAIS CONTAS SUJEITAS A RISCO DE CRÉDITO		
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 30/06/2016	SALDO EM 31/12/2015
Caixa e equivalentes de Caixa	1.786	6.884
Clientes - Venda de Energia	212.731	108.388
<b>TOTAL</b>	<b>214.517</b>	<b>115.272</b>

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA 2016			
	COMPOSIÇÃO	SALDO	ATRASSO EM DIAS
1	Caixa	-	-
2	Banco	1.741	-
3	Fundo Fixo	45	-
	<b>TOTAL</b>	<b>1.786</b>	

CLIENTES 2016						
	CONCESSIONÁRIAS	FATURAMENTO	PARCELA VARIÁVEL	PARCELA RESSARCIMENTO	TOTAL	ATRASO EM DIAS
1	AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A	5.973	512	1.106	5.379	0
2	Amazonas Distribuidora de Energia S.A	3.981	341	737	3.585	0
3	Ampla Energia e Serviços S.A.	6.592	565	1.220	5.936	0
4	Bandeirante Energia S.A	6.869	588	1.272	6.186	0
5	Caiuá Distribuidora de Energia S.A. (GRUPO ENERGISA)	763	65	141	687	0
6	Companhia de Eletricidade do Amapá	636	54	118	573	0
	Companhia de Eletricidade do Amapá	529	-	-	529	135
	Companhia de Eletricidade do Amapá	658	-	-	658	107
	Companhia de Eletricidade do Amapá	672	-	-	672	76
	Companhia de Eletricidade do Amapá	676	-	-	676	45
	Companhia de Eletricidade do Amapá	689	-	-	689	15
7	Companhia Energética de Alagoas	2.103	180	389	1.894	0
8	CEB Distribuição S.A.	4.089	350	757	3.682	0
9	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	5.737	491	1.062	5.166	0
10	Celesc Distribuição S.A.	11.837	1.014	2.192	10.659	0
11	CELG Distribuição S.A.	7.501	642	1.389	6.755	0
12	Centrais Elétricas do Pará S.A.	4.711	403	872	4.242	0
13	Companhia Energética de Pernambuco	7.433	637	1.376	6.693	0
14	Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.	1.137	97	211	1.024	0
15	Companhia Energética do Maranhão	3.428	294	635	3.087	0
16	Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia	4.028	345	746	3.627	0
17	CEMIG Distribuição S.A	18.076	1.548	3.347	16.277	0
18	Companhia Energética do Piauí	1.846	158	342	1.662	0
19	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	1.912	164	354	1.722	0
20	Companhia Nacional de Energia Elétrica (GRUPO ENERGISA)	388	33	72	349	0
21	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	10.995	942	2.036	9.901	0
22	Companhia Energética do Ceará	6.310	540	1.168	5.682	0
23	COPEL Distribuição S.A.	17.191	1.472	3.183	15.480	0
24	Companhia Energética do Rio Grande do Norte	3.036	260	562	2.734	0
25	Companhia Jaguarí de Energia	320	27	59	288	0
26	Companhia Leste Paulista de Energia	197	17	36	177	0
27	Companhia Luz e Força Mococa	151	13	28	136	0
28	Companhia Paulista de Força e Luz	15.229	1.304	2.820	13.714	0
29	Companhia Piratininga de Força e Luz	6.676	572	1.236	6.012	0
30	Companhia Luz e Força Santa Cruz	646	55	120	582	0
31	Companhia Sul Paulista de Energia	267	23	49	240	0
32	DME Distribuição S.A. - DMED	289	25	54	260	0
33	Empresa Elétrica Bragantina S.A. (GRUPO ENERGISA)	494	42	91	445	0
34	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	8.862	759	1.641	7.980	0
35	Companhia de Eletricidade do Acre	571	49	106	514	0
	Companhia de Eletricidade do Acre	571	-	-	571	45
	Companhia de Eletricidade do Acre	590	-	-	590	15
36	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	27.404	2.347	5.074	24.678	0
37	Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	465	40	86	419	0
38	Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia. S.A.	802	69	148	722	0
39	Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A	2.488	213	461	2.240	0
40	Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	1.849	158	342	1.665	0
41	Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	2.765	237	512	2.490	0
42	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	4.483	384	830	4.037	0
43	Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda	159	14	29	143	0
44	Light Serviços de Eletricidade S.A.	14.576	1.248	2.699	13.126	0
45	Empresa de Distrib. Energia Vale Paranapanema S.A.(ENERGISA)	595	51	110	536	0
46	Rio Grande Energia S.A.	5.506	472	1.019	4.958	0
	<b>TOTAL</b>	<b>235.751</b>	<b>19.816</b>	<b>42.837</b>	<b>212.731</b>	

### c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

#### - Índices de liquidez:

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão deste risco implica manter caixa e equivalentes, além de aplicações que permitam à Companhia ter capacidade de liquidar suas posições de mercado nos respectivos vencimentos. Abaixo, apresentamos os principais indicadores:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,77 (0,79 em 31 de Dezembro de 2015) e

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,19 (0,21 em 31 de Dezembro de 2015).

A administração da ELETRONUCLEAR entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, com entrada em operação e consequente início de receita previstas para dezembro de 2022.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2015 (i)				
- Empréstimos	476.513	621.369	2.180.782	9.842.132
- Fornecedores (iii)	765.239	60.198	60.198	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.241.752</b>	<b>681.567</b>	<b>2.240.980</b>	<b>9.842.132</b>
Em 30 de junho de 2016 (i)				
- Empréstimos	342.542	768.331	2.341.672	10.708.377
- Fornecedores (iii)	646.983	65.107	65.108	-
<b>TOTAL</b>	<b>989.525</b>	<b>833.438</b>	<b>2.406.780</b>	<b>10.708.377</b>

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

## - Redução do Patrimônio Líquido

Face à crescente redução do patrimônio líquido decorrente dos sucessivos prejuízos da ELETRONUCLEAR, provocados essencialmente pelo aumento progressivo do valor do *Impairment*, e, ainda, pelo registro de provisão passiva adicional por contrato oneroso, ambos relacionados diretamente ao empreendimento de Angra 3 (ver nota 14 c.3), desperta-se um risco financeiro quanto à leitura do endividamento da Companhia junto ao seu acionista, o que pode acarretar em dificuldades para a tomada futura de financiamentos para a continuidade do empreendimento Angra 3. Entretanto, a administração da Companhia entende que resolvida a questão das iniciativas previstas no Plano de Ação para a viabilidade econômica e financeira, e, com a consequente

retomada do empreendimento Angra 3 em sua plenitude, conforme elucidado na nota 14 g, ficaria atendida às condições necessárias para que o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL possam efetuar novos aditamentos aos contratos de empréstimos, hoje existentes, de forma a garantir o financiamento restante para a consecução do empreendimento, bem como na possibilidade de redução ou reversão dos valores registrados como *Impairment* e de provisão passiva por contrato oneroso. Eventualmente e, na hipótese de serem encontradas outras soluções de continuidade, estas, igualmente, terão como pilares o reequilíbrio econômico-financeiro do empreendimento Angra 3.

#### **d) Risco operacional**

A ELETRONUCLEAR tem como atividade principal a operação das usinas Angra 1 e 2, e em razão disso, tem apresentado nos últimos anos um excelente nível de eficiência, com destaque até no cenário internacional.

Toda a energia produzida por essas usinas tem fornecimento contratual de longo prazo firmado com as distribuidoras de energia elétrica, contratos esses, regidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ELETRONUCLEAR entende que o risco de inadimplência fica mitigado na quitação desse faturamento, face à atividade de administração financeira estar sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim.

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, através do modelo PRORET – Módulo 6 – Submódulo 6.7, com reajustes inflacionários anuais e revisões tarifárias trienais. A receita fixa de 2016 foi definida pela Resolução Homologatória nº 2.006 de 15.12.2015 (DOU 18.12.2015), no montante de R\$ 2.862.070.163,75 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, setenta mil, cento e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Salienta-se que, conforme regras de comercialização das energias de Angra 1 e 2, os desvios eventuais (sobras ou faltas) são apurados em cada exercício e são faturados ou devolvidos em duodécimos no exercício seguinte.

Assim considerando, entende a administração da ELETRONUCLEAR, não haver nenhuma expectativa econômica e financeira que possa indicar um risco de descontinuidade operacional dessas usinas.

Quanto à Usina Angra 3, em fase de construção, terá a totalidade de sua produção de energia elétrica comercializada sob o égide da Portaria MME Nº 980 de 23/12/2010, que culminou com a celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Esse regime de comercialização determina o fornecimento de uma quantidade de energia firme a uma tarifa regulada. Tal tarifa encontra-se em fase de revisão no MME/ANEEL, de modo que possa incluir a totalidade dos custos necessários a tornar o empreendimento com retorno assegurado.

Portanto, a modalidade de comercialização de Energia de Reserva da Usina Angra 3 assegura a esse projeto todas as garantias e compromissos de um modelo não exposto ao mercado de energia elétrica de curto prazo.

A administração da Empresa ressalva, que diante da dificuldade da ELETRONUCLEAR em alocar recursos próprios em montantes suficientes para suportar as atividades de Angra 3, agravadas pela elevação da exigência de contrapartidas pelo BNDES, uma das instituições financeiras financiadora do empreendimento, que alterou de 20% para 40%, o percentual de participação financeira com recursos próprios, aplicáveis aos itens considerados financiáveis, levaram a empresa a decidir, no terceiro trimestre de 2015, pela suspensão da maior parte de seus contratos com fabricantes nacionais e a reduzir sensivelmente os dispêndios associados aos contratos de serviços, de maneira a melhor compatibilizar a relação dos desembolsos ao fluxo de caixa existente e a conter a escalada de pagamentos em aberto. As suspensões foram efetuadas em duas etapas, sendo a primeira amparada pelo inciso XIV, do artigo 78 da Lei 8.666/93 que, resumidamente, prevê a suspensão contratual, de forma unilateral, sem ônus para a Administração, e, a segunda, em termos consensuais, cujo término estava previsto para junho de 2016, sendo assegurado o ressarcimento dos custos incorridos, pela suspensão, às empresas contratadas. Atualmente, gestões estão sendo efetuadas pela administração da companhia para que novas extensões de suspensões consensuais sejam viabilizadas, de forma a serem preservadas a continuidade dos contratos então vigentes.

Importante frisar que, em 14.01.2016, foi sancionada, pela Presidenta da República, a Lei nº 13.255, onde foi estimada a receita e fixadas às despesas da União para o exercício financeiro de 2016, nela incluindo em seu inciso III, do artigo 1º, o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, incluindo-se na mesma, a aprovação de dotação e execução orçamentária para a ação de Investimento no projeto de “Implantação da Usina Termonuclear de Angra III”, pertencente à ELETRONUCLEAR, a qual se compreende que, após avaliação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, bem como pelo plenário do Congresso Nacional, a obra de “Implantação da Usina Termonuclear de Angra III” está apta a manter sua execução física, orçamentária e financeira.

#### **4.2 - Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	30/06/2016	31/12/2015
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	7.587.745	6.828.095
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(1.786)	(6.884)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(108.157)	(151.413)
Dívida líquida	7.477.802	6.669.798
Total do patrimônio líquido	(4.376.834)	(351.588)
Total do capital total	3.100.968	6.318.210
Índice de alavancagem financeira - %	2,41	1,06

### 4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 30/06/2016			
R\$ MIL			
DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 30/06/2016
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	212.731	-	212.731
- Caixa e equivalentes de caixa	1.786	-	1.786
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	108.157	108.157
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	450.988	450.988
Em 30 de Junho de 2016	214.517	559.145	773.662



INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2015			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2015
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	108.388	-	108.388
- Caixa e equivalentes de caixa	6.884	-	6.884
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	151.413	151.413
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	492.938	492.938
Em 31 de Dezembro de 2015	115.272	644.351	759.623

#### 4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

#### Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto a seguir:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação, baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação, baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 30 de junho de 2016 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DESCRITIVO	R\$ MIL				
	Nível 1		Nível 2		Total
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	151.413	151.413	-	-	151.413
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	492.938	492.938	-	-	492.938
Total de ativos em 31/12/2015	644.351	644.351	-	-	644.351
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	108.157	108.157	-	-	108.157
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	450.988	450.988	-	-	450.988
Total de ativos em 30/06/2016	559.145	559.145	-	-	559.145

## Gerenciamento do capital

A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio, ou de sofrer aumento súbito ou flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a Companhia adota a política de preservar a liquidez, com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

## NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e também cujos recursos são destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos e que não fazem parte da gestão de caixa, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

As aplicações financeiras da Companhia, apresentadas no quadro abaixo (“b - Títulos e valores mobiliários de curto prazo”), resultam de recursos oriundos de financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e pela Caixa Econômica Federal – CEF para construção da usina Angra 3, que são mantidos no Banco do Brasil e na CEF por força contratual. Estão aplicados em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa, que oferece liquidez diária e são compostas,

principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	1.786	6.884
<b>SALDO</b>	<b>1.786</b>	<b>6.884</b>

**b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo**

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	30/06/2016	31/12/2015
Investimento em renda fixa:		
* BB Extramercado FAE 2	17.454	-
** Fundo de Investimento Caixa Extramercado VI IRF-M	90.703	
*** Fundo de Investimento Caixa Extramercado VI IRF-M	-	151.413
<b>TOTAL</b>	<b>108.157</b>	<b>151.413</b>

Os recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal são para construção da usina Angra 3.

\* Rentabilidade no ano: 7,18% em 2016 e 10,19% em 2015

\*\* Rentabilidade no ano: 7,33% em 2016 e 11,36 % em 2015

\*\*\* Rentabilidade no ano: 5,07% em 2016 e 12,89 % em 2015

Em 2016, até 30 de junho, houve aplicação em títulos e valores mobiliários de curto prazo no valor de R\$ 465.000, rendimento bruto de R\$ 10.445, resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante R\$ 518.700.

## NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER		
BALANÇO	R\$ MIL	
	Ativo Circulante 30/06/2016	Ativo Circulante 31/12/2015
Energia contratada	242.892	194.063
Desvio negativo	(49.977)	(85.675)
Desvio positivo	19.816	-
TOTAL	212.731	108.388

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Até 30 de junho de 2016, há inadimplência por parte de duas concessionárias de distribuição no valor de R\$ 4.386.
- b) O desvio negativo (ressarcimento) de R\$ 49.977, provisionados até junho de 2016, é em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para 2015. Este valor corresponde ao montante apurado e valorado, ao máximo, entre o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio do ano, em referência, a Receita Fixa, e está sendo devolvido a todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, em doze parcelas no exercício de 2016.

**NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO**

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	30/06/2016	31/12/2015
IRRF sobre aplicações financeiras	-	3.475
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	-	430
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	-	359
Saldo de antecipações de IRPJ	-	30.526
Saldo de antecipações de CSLL	-	10.732
FGTS a Recuperar	131	131
Créditos fiscais PASEP e COFINS	17.174	17.211
Outros	110	110
<b>TOTAL</b>	<b>17.415</b>	<b>62.974</b>

**NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR**

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação, e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear, ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, o que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear, não havendo geração de energia, não há amortização.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR		
BALANÇO	R\$ MIL	
	30/06/2016	31/12/2015
Concentrado de urânio	158.699	7.723
Elementos prontos	4.368.822	4.368.822
Serviços em curso	329.234	129.479
Consumo Acumulado	(3.718.181)	(3.525.146)
<b>TOTAL</b>	<b>1.138.574</b>	<b>980.878</b>
Ativo circulante	402.453	402.453
Ativo não circulante	736.121	578.425
<b>TOTAL</b>	<b>1.138.574</b>	<b>980.878</b>

A movimentação dos elementos de combustível nuclear prontos está apresentada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS PRONTOS				
BALANÇO	R\$ MIL			
	SALDO EM 31/12/2015	ADIÇÕES	BAIXA	SALDO EM 30/06/2016
Ativo circulante	402.453			402.453
Ativo não circulante	3.966.369		-	3.966.369
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>4.368.822</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.368.822</b>
Consumo acumulado	(3.525.146)		(193.035)	(3.718.181)
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>843.676</b>	<b>-</b>	<b>(193.035)</b>	<b>650.641</b>

## NOTA 9 – ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo, nos montantes de R\$ 107.364 (R\$ 73.200 em 31 de dezembro de 2015) das usinas no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais, nos montantes de R\$ 17.389 (R\$ 19.913 em 31 de dezembro de 2015), totalizando R\$ 124.753 (R\$ 93.113 em 31 de dezembro de 2015).

## NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Prêmios de seguros	6.510	16.275	-	-
Partes relacionadas	38.196	39.261	-	-
Contribuições as fundações	14.524	-	-	-
Antecipação de IPVA e IPTU	6.179	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	4.008	12.462	-	-
Furnas - Contingência trabalhista	-	-	15.732	15.732
Furnas - Contingência trabalhista atualização	-	-	6.636	6.431
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	2.302	2.302	-	-
Devedores diversos	6.601	7.352	1.289	1.289
<b>TOTAL</b>	<b>82.461</b>	<b>81.793</b>	<b>23.657</b>	<b>23.452</b>

Veja detalhes sobre as transações com partes relacionadas na Nota 32.

## NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 24.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à Eletrobras.

Em 15 de janeiro de 2008, a Eletrobras fixou as diretrizes para implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à Eletrobras, para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela ANEEL, na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2016, o valor fixado para depósito foi o montante R\$ 25.869.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	30/06/2016	31/12/2015
Conta-corrente	12	14
Dólar Comercial Futuro	(3.956)	9.686
LTN	280.973	336.639
NTNF	169.556	135.772
Operações Compromissadas	4.413	10.839
Outros	(10)	(12)
<b>TOTAL</b>	<b>450.988</b>	<b>492.938</b>

Mensalmente, a Eletrobras informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Em junho de 2016, o fundo apresenta uma perda financeira de R\$ 69.503 (Nota 29), (ganho financeiro de R\$ 154.391 em 2015), em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter título vinculado à variação da moeda dólar norte-americano, sem saldo final representativo, porém com forte movimentação durante o período. Em 2016 foram aplicados R\$ 27.592 no fundo para descomissionamento.



Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	30/06/2016	31/12/2015
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	81.410	73.344
Quotas de 2008 a 2014	195.170	182.236
Total de quotas recolhidas	276.580	255.580
Planos de Recolhimentos Adicionais	9.709	3.117
Ganhos líquidos auferidos acumulados	164.699	234.241
Patrimônio líquido do fundo	450.988	492.938
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	-	-
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	450.988	492.938

## NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

### a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
COMPOSIÇÃO	R\$ MIL	
	30/06/2016	31/12/2015
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	16.713	15.899
Contingências cíveis	196	196
Contingências tributárias	32.629	32.629
	49.538	48.724
Outros depósitos	125	125
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	12.057	10.593
<b>TOTAL</b>	<b>61.720</b>	<b>59.442</b>

**b) Movimentação**

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	30/06/2016		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	48.724	-	814	49.538
Outros depósitos	125	-	-	125
Atualização monetária s/depósitos judiciais	10.593	-	1.464	12.057
<b>TOTAL</b>	<b>59.442</b>	<b>-</b>	<b>2.278</b>	<b>61.720</b>

**NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS**

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.113.895 (R\$ 1.204.994 em 31 de dezembro de 2015) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.332.542 (R\$ 1.423.589 em 31 de dezembro de 2015).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa, por não apresentar um histórico de resultados positivos nos três últimos anos e não ter expectativa de reverter a situação em curto prazo, conforme prevê a Instrução CVM nº 371/2002.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados na Nota 18.

## NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

### a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRIPTIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO					
		30/06/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido Ajustado	Reclassificações Entre Usinas	Valor Líquido
<b>EM SERVIÇO</b>							
Terrenos		34.446	-	34.446	34.447	-	34.447
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		1.529.583	(830.004)	699.578	707.502	-	707.502
Máquinas e Equipamentos - Inst.Fixas		7.214.250	(3.335.610)	3.878.640	4.054.102	-	4.054.102
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		130.346	(79.159)	51.188	52.711	-	52.711
Veículos		11.316	(7.472)	3.844	4.352	-	4.352
Móveis e Utensílios		21.369	(11.462)	9.907	10.294	-	10.294
<b>Angras 1 e 2</b>	<b>3,3</b>	<b>8.941.310</b>	<b>(4.263.708)</b>	<b>4.677.602</b>	<b>4.863.408</b>	<b>-</b>	<b>4.863.408</b>
<b>EM CURSO</b>							
Terrenos		-	-	-	-	-	0,00
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		53.764	-	53.764	48.422	-	48.422
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		163.991	-	163.991	163.836	-	163.836
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		12.245	-	12.245	3.673	-	3.673
Veículos		1.503	-	1.503	1.827	-	1.827
Móveis e Utensílios		195	-	195	181	-	181
A Ratear		248.392	-	248.392	220.849	-	220.849
Transf/fab e rep/mat em processo		3.002	-	3.002	3.002	-	3.002
Compras em andamento		1.240	-	1.240	1.011	-	1.011
Adiantamento a fornecedores		22.061	-	22.061	13.462	13.313	149
<b>Angras 1 e 2</b>		<b>506.393</b>	<b>-</b>	<b>506.393</b>	<b>456.263</b>	<b>13.313</b>	<b>442.950</b>
Terrenos		115	-	115	115	-	115
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		1.532.347	-	1.532.347	1.518.939	-	1.518.939
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		1.253.585	-	1.253.585	809.921	-	809.921
A Ratear		(4.776.631)	-	(4.776.631)	(2.825.056)	-	(2.825.056)
Compras em andamento		81.245	-	81.245	40.142	-	40.142
Adiantamento a fornecedores		1.909.338	-	1.909.338	2.077.920	(13.313)	2.091.233
<b>Angra 3</b>		<b>8.477.933</b>	<b>-</b>	<b>6.063.454</b>	<b>7.685.435</b>	<b>(13.313)</b>	<b>7.698.749</b>
Impairment Angra 3		(8.477.933)	-	(6.063.454)	(6.063.454)	-	(6.063.454)
<b>Total Angra 3</b>		<b>(0)</b>	<b>-</b>	<b>(0)</b>	<b>1.621.981</b>	<b>(13.313)</b>	<b>1.635.295</b>
<b>Angras 1, 2 e 3</b>		<b>506.393</b>	<b>-</b>	<b>506.393</b>	<b>2.078.245</b>	<b>-</b>	<b>2.078.245</b>
<b>TOTAL BRUTO</b>		<b>9.447.703</b>	<b>(4.263.708)</b>	<b>5.183.995</b>	<b>6.941.653</b>	<b>-</b>	<b>6.941.653</b>
Obrigações especiais	3,3	(237)	226	(11)	(23)		(23)
<b>VALOR LÍQUIDO</b>		<b>9.447.466</b>	<b>(4.263.482)</b>	<b>5.183.984</b>	<b>6.941.630</b>	<b>-</b>	<b>6.941.630</b>

**b) Movimentação do imobilizado**

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2016 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2015	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 30/06/2016
Em curso	8.141.699	620.791	229.475	442	(7.775)	(306)	8.984.326
<i>Impairment</i> Angra 3	(6.063.454)	(2.414.479)	-	-	-	-	(8.477.933)
Em serviço: custo	8.933.609	-	-	-	7.775	(74)	8.941.310
Depreciação	(4.070.201)	(193.136)	-	(442)	-	71	(4.263.708)
Total em serviço	4.863.408	(193.136)	-	(442)	7.775	(3)	4.677.602
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>6.941.653</b>	<b>(1.986.824)</b>	<b>229.475</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(309)</b>	<b>5.183.995</b>
Obrigações especiais	(23)	-	-	-	-	-	(23)
Depreciação	-	12	-	-	-	-	12
<b>TOTAL</b>	<b>6.941.630</b>	<b>(1.986.812)</b>	<b>229.475</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(309)</b>	<b>5.183.984</b>

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2014	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2015
Em curso	6.195.372	1.586.141	370.912	782	(10.903)	(605)	8.141.699
<i>Impairment</i> Angra 3	(1.090.343)	(4.973.111)	-	-	-	-	(6.063.454)
Em serviço: custo	9.124.031	-	-	-	10.903	(201.325)	8.933.609
Depreciação	(3.717.625)	(357.455)	-	(782)	-	5.661	(4.070.201)
Total em serviço	5.406.406	(357.455)	-	(782)	10.903	(195.664)	4.863.408
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>10.511.435</b>	<b>(3.744.425)</b>	<b>370.912</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(196.269)</b>	<b>6.941.653</b>
Obrigações especiais	(47)	-	-	-	-	-	(47)
Depreciação	-	24	-	-	-	-	24
<b>TOTAL</b>	<b>10.511.388</b>	<b>(3.744.401)</b>	<b>370.912</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(196.269)</b>	<b>6.941.630</b>

**c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo**

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas, tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

**c.1)** Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e reajustes tarifários contratuais de inflação;

### **c.2) Taxa de desconto**

A taxa de desconto (após os impostos), para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 7,00%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado.

Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base dezembro de 2015, de 5,47 % (4,51% na base dezembro 2014). Nesses cálculos foram utilizados, além dos parâmetros tradicionais conforme Nota Técnica Eletrobras 096/2015 de 06/11/2015, o beta calculado pela ANEEL, conforme Nota Técnica ANEEL 381/2012, alavancando a estrutura de capital do projeto. A opção do beta utilizado pela ANEEL consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.

### **c.3 ) Registro do *Impairment***

Os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda por desvalorização do ativo foram:

Durante o primeiro semestre de 2016, o empreendimento sofreu alteração cronológica na expectativa de sua conclusão, sendo a nova previsão de data de entrada em operação para 31 de dezembro de 2022, aprovada em reunião da Diretoria Executiva, conforme RDE 1302.007/16 de 26/07/2016. Em dezembro de 2015, a previsão de data de entrada em operação da usina era 01 de dezembro de 2020.

Nesse mesmo período, o orçamento total do projeto foi atualizado para a base junho de 2016, de modo a refletir o impacto das fortes oscilações nos índices inflacionários e cambiais, além da reprogramação de atividades devido o novo cronograma da obra. Essa alteração foi também aprovada conforme RDE 1302.007/16 de 26/07/2016.

Esse novo orçamento total base dezembro de 2015, de R\$ 26.144,08 milhões superou o de dezembro de 2015, de R\$ 20.579,8 milhões em R\$ 5.564,2 milhões, correspondente a um aumento de 27%. Em setembro de 2015, o orçamento total do empreendimento estava estimado em R\$ 19.801,1 milhões.

A taxa de desconto de 5,47 % utilizada no teste de *impairment* do segundo trimestre de 2016, foi calculada pela metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital* ou Custo Médio Ponderado de Capital), considerando os parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado, conforme Instrução Técnica Eletrobras IT 96/2015 D 06/11/2015. As premissas macroeconômicas da taxa de desconto foram atualizadas considerando a data base de 30 de junho de 2016. Tais atualizações resultaram em uma pequena redução, sugerindo uma oscilação imaterial no cálculo do *impairment*. Por este motivo

não foi indicada a alteração da taxa neste trimestre.

Os custos a realizar até o término da construção, prevista para 01 de janeiro de 2021, foram adicionados ao fluxo de caixa do empreendimento como “CAPEX” durante os períodos de anos de realização de julho de 2016 a dezembro de 2022. A partir daí, o fluxo de caixa segue com a projeção de resultado do empreendimento até abril de 2062.

Foi desenvolvido um fluxo de caixa, a partir dos valores do resultado projetados para dezembro de 2022, a preços de junho de 2016, pelo período de vida útil econômica da usina em análise. O prazo estimado é de 40 anos, por sua semelhança a Usina Angra 2, que dispõe de licença de operação nesse prazo. Esse prazo é bastante conservador perante a expectativa conhecida de vida operacional desse tipo de instalação.

Os valores anuais obtidos no fluxo de caixa descontado foram acumulados, ano a ano, para serem comparados com o saldo do Ativo Imobilizado recuperável, representado pelo custo contábil realizado até 30 de junho de 2016.

A análise elaborada pela Companhia apurou um Valor Presente Líquido (VPL) negativo no valor de R\$ 10.155.202 mil para o empreendimento, determinando um registro negativo total no resultado do exercício de R\$ 4.091.748 mil, tendo como contrapartidas o registro de uma baixa adicional por *impairment* no ativo imobilizado de Angra 3 no valor de R\$ 2.414.479 mil, bem como uma provisão passiva adicional por contrato oneroso no valor de R\$ 1.677.269 mil.

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimentos, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.

#### **c.4) Tarifa**

A receita calculada para o teste de *impairment* de dezembro de 2015, teve base na tarifa contratual de 2009, R\$ 148,65 / MWh, devidamente ajustada pelos índices estabelecidos contratualmente. Esse procedimento é o mesmo padrão que vem sendo utilizado desde o início dessa avaliação. Em junho de 2016, a tarifa ajustada representa R\$ 234,18/MWh. A tarifa a ser praticada pela Usina Angra 3 foi instituída quando da assinatura do fornecimento da energia da usina em 2009, e foi regulamentada através da Portaria MME 980/2010, com o valor original de R\$ 148,65 / MWh.

A base utilizada na ocasião para o cálculo dessa tarifa, não teve equivalência com o custo do serviço da usina, assim como, também, não foi compatível com a média praticada nos leilões de térmicas da ocasião, e, portanto, encontra-se em um patamar distinto e inferior ao seu seguimento e não proporcionando o equilíbrio econômico financeiro do empreendimento.

A ELETRONUCLEAR, juntamente com sua *holding* ELetrobras, vêm participando de um fórum que analisa alternativas de cenários para a viabilização do Empreendimento, tendo como componentes diversos órgãos superiores envolvidos com o empreendimento.

#### **c.5) Sinergia**

As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e, por isso, tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que, existirá um ganho de custo/produtividade na entrada de Angra 3 por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns estarão atendendo as duas usinas.

A sinergia apurada para o projeto, considerando estudos internos, baseados na utilização da mão de obra da Companhia, apontou para um patamar de cerca de 25,4%, conforme Nota Técnica SF.A 022/2016; sendo esse percentual utilizado para estimativa do custo operacional PMSO, da Usina Angra 3, no teste de *impairment* de dezembro de 2015.

#### **d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2**

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, de competência do IBAMA e Licenciamento Nuclear, conduzido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada por 14 anos, pelo Ofício CNEN nº 124/2010 – CGRC/CNEN, de 09/08/2010 e a Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos a partir de 15/06/2011.

Em 12 de março de 2014, o IBAMA emitiu a Licença de Operação nº 1217/2014 autorizando a operação das Usinas Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

#### **e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos**

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 7,00% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema Eletrobras.

## **f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado**

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas, devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

## **g) Empreendimento Angra 3**

A implantação de Angra 3, terceira usina da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, foi concebida no âmbito do “Acordo sobre Cooperação para o Uso Pacífico da Energia Nuclear”, firmado entre os governos do Brasil e da República Federal da Alemanha em junho de 1975.

As atividades de cortes de rochas e de abertura de cavas para o blocos de fundações das edificações da usina iniciaram-se em junho de 1984, após licitação e adjudicação de contrato para execução de obras civis com a Construtora Andrade Gutierrez. Os serviços se estenderam até abril de 1986, quando, principalmente em função do forte recrudescimento da crise econômica por que passou o País na década de 1980, as atividades foram paralisadas e, por consequência, a empreiteira foi desmobilizada. Durante longo período as atividades relativas à Angra 3 se restringiram à manutenção e à preservação das instalações de canteiro e dos componentes e materiais que já haviam sido adquiridos na década de 1980.

Mais de uma década após a interrupção das obras, a Eletronuclear, buscando obter autorização governamental para a retomada da construção da usina, desenvolveu, no período de 1998 a 2001, uma série de estudos versando sobre a viabilidade técnica e econômica do empreendimento, sobre a solução para o armazenamento de rejeitos radioativos e sobre a adequação de Angra 3 às condicionantes ambientais. Alguns desses estudos contaram com a participação de notórias organizações internacionais nos setores elétrico e nuclear, tais como: a francesa EDF, a espanhola Iberdrola e o instituto norte-americano EPRI. As conclusões desses estudos foram encaminhadas à Eletronuclear, ao Ministério do Meio Ambiente – MMA e ao Ministério de Minas e Energia – MME, que as submeteram para análises do Conselho Nacional de Políticas Energéticas – CNPE e do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

A primeira apreciação do CNPE sobre as alternativas para o encaminhamento da questão Angra 3 deu-se por ocasião de sua 3ª Reunião Ordinária, ocorrida em agosto de 2001, na qual foram solicitados os pronunciamentos de outros segmentos sociais estratégicos e o aprofundamento das investigações realizadas até aquele momento.



A partir de então, a pertinência da retomada do empreendimento Angra 3 esteve na agenda de diversas reuniões do CNPE, diversos Grupos de Trabalhos Interministeriais foram compostos para analisar todos os requisitos do projeto e outros estudos adicionais foram realizados, que englobaram, entre outros, o impacto da entrada da energia a ser produzida pela usina no Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica, a comprovação da competitividade de Angra 3 frente a outras alternativas, o estabelecimento do orçamento necessário à conclusão do empreendimento, a apreciação legal dos contratos que haviam sido assinados na década de 1980 e a projeção da tarifa de atratividade da energia a ser produzida por Angra 3.

Finalmente, em 07 de Agosto de 2007, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução CNPE No 3, de 25 de junho de 2007, que determinou a retomada da construção de Angra 3, condicionando-a, basicamente, à consecução de três condicionantes: a) Revisão (por organização independente) do orçamento necessário para a conclusão do empreendimento: Para tanto o Ministério de Minas e Energia – MME contratou a empresa suíça COLENCO que em seu relatório conclusivo, basicamente confirmou o montante até então apresentado pela ELETRONUCLEAR; b) Revisão do estudo para estimativa da tarifa de comercialização da energia a ser gerada por Angra 3: Ainda com os estudos em desenvolvimento por um Grupo de Trabalho constituído por membros da ELETROBRAS e ELETRONUCLEAR com acompanhamento do MME e da Casa Civil da Presidência da República, o MME R\$ 148,65/MWh (base: Set-2009).

Em 11 de março de 2014, o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 591/2009 – 2º retificação, para a Usina de Angra 3, válida por 6 anos.

O planejamento original para a construção da Usina Nuclear Angra 3 previa que a planta seria implementada com base em um Cronograma Executivo de 66 meses\*. Tal premissa fundamental era alicerçada na experiência da ELETRONUCLEAR com a construção de Angra 2, excluídos os períodos nos quais suas atividades estiveram paralisadas, bem como, com os programas de implantação das usinas nucleares mais recentemente construídas na Alemanha. O início desse prazo foi caracterizado pelo início da execução dos serviços de concretagem do edifício do reator, ocorrido em 01 de setembro de 2010. A viabilização desse prazo contemplava diversas premissas, algumas das quais ainda não concretizadas e, adicionalmente, não se anteviam grandes dificuldades de natureza externa que impactassem sobremaneira o desenvolvimento das obras.

Como todo empreendimento, em que são necessárias a aplicação intensiva de capital e por um longo período, a construção de uma nova unidade de geração de energia de fonte nuclear não é diferente, um dos seus grandes desafios, a serem ainda superados, têm sido a estruturação dos recursos financeiros necessários à sua implementação.

*\*Informação não auditada por auditoria independente*

Desde o marco inicial de autorização, concedido pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, por meio da Resolução nº 03/2007, de 25 de junho de 2007, para a retomada da construção da Usina Nuclear Angra 3, a ELETRONUCLEAR vêm enfrentando grandes dificuldades na estruturação dos recursos financeiros a serem alocados a este projeto, enfrentando problemas relacionados a atrasos para a efetivação de seus contratos de financiamentos, e diminuição de sua capacidade em aportar recursos próprios ao Projeto Angra 3, tal qual e na forma inicialmente estruturada. Lembrando que, em sua modelagem financeira inicial, ao Projeto Angra 3 presumia-se fontes de financiamento captadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; aportes de Capital de sua holding (ELETROBRAS) na forma de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC com recursos captados junto a bancos no exterior; recursos oriundos do Fundo Setorial “Reserva Global de Reversão – RGR” e parcela de recursos próprios da ELETRONUCLEAR provenientes das receitas das Usinas de Angra 1 e 2.

Em que pese todo o rito legal, seja ele de ordem jurídica, regulatória ou societária, pertinentes à aprovação de matéria para a contratação de um financiamento por uma entidade pública estatal, a contratação dos recursos financeiros junto ao BNDES, por meio do contrato celebrado em 23 de fevereiro de 2011, somente tornou-se efetiva, ou seja, com recursos alocados ao Projeto, em 24.06.2011, com o primeiro desembolso efetuado junto a esta instituição, habilitando a ELETRONUCLEAR, após quase 4 (quatro) anos de sua autorização para retomada do empreendimento, a retomar de fato as contratações junto aos fornecedores, nacionais, de materiais e serviços, ao qual exclusivamente destina-se a linha de financiamento. Ao atraso na liberação desta linha de financiamento se imputam prejuízos com aumentos nominais ao orçamento do empreendimento, derivados da correção de contratos e custos indiretos associados ao atraso do empreendimento.

A linha de financiamento a ser provida com recursos do Fundo Setorial “Reserva Global de Reversão - RGR” também foi objeto de contratempus. Com a promulgação da Medida Provisória - MP 579, ocorrida em 11.09.2012, e, que legislava sobre a prorrogação das concessões de geração de energia elétrica, fez com que fossem interrompidas as disponibilidades até então existentes junto a este Fundo, de modo que os recursos ainda existentes no mesmo fossem destinados exclusivamente a compromissos que seriam advindos do pagamento de indenizações de parcelas de investimentos vinculados a bens reversíveis e ainda não amortizados ou não depreciados pelas empresas concessionárias e que optassem pela prorrogação antecipada de suas concessões, cessando, inclusive, as liberações de empréstimos já contratados por diversas empresas junto a este Fundo, porém ainda não sacados. Com isso, a ELETRONUCLEAR, que detinha uma linha de financiamento já contratada no valor de R\$ 890 milhões junto a este Fundo, ficou impedida de realizar o desembolso no valor aproximado de R\$ 295,8 milhões, correspondente a parcela ainda não desembolsada.

De forma a atenuar os impactos advindos pela não liberação da integralidade dos recursos objetos desta linha de financiamento, foram empreendidos esforços conjuntos

entre a ELETRONUCLEAR e a ELETROBRAS para a viabilização de uma linha de financiamento, com recursos captados por esta última no mercado e repassados a ELETRONUCLEAR em iguais condições de captação, e que somente veio a ocorrer com liberações destes montantes em parcelas durante os meses de outubro a dezembro de 2014. A esta linha de financiamento, que veio a substituir a parcela de recursos não sacados do Fundo Setorial – RGR, ressalta-se que, por sua vez, têm seu custo efetivo total mensal muito superior, chegando a custar, a valores de junho de 2016, mais de 3 vezes quando comparadas à taxa efetiva mensal de juros da linha de financiamento do Fundo Setorial – RGR correspondente a 0,46% a.m e a taxa efetiva mensal da linha de financiamento que a substituiu corresponde a 1,46% .a.m.

Dentre as linhas de financiamento presumidas para o empreendimento, a mais intempestiva foi a efetivação do contrato de financiamento que suprisse a necessidade de cobertura aos dispêndios externos, mais notadamente, os contratos para suprimento de bens e serviços importados com a empresa Areva. Desde a fase de avaliações para a retomada da construção de Angra 3 e até o início de 2012, o arranjo para o aludido contrato de financiamento previa que o mesmo seria concedido por um consórcio de bancos estrangeiros diretamente à ELETROBRAS, a qual caberia repassar os referidos montantes à ELETRONUCLEAR. Neste propósito, a ELETROBRAS, promoveu uma chamada pública e selecionou um consórcio de bancos europeus, presumindo-se ainda, a cobertura de seguro de crédito a ser concedido pela agência alemã Hermes, para este financiamento.

No início de 2012, o Governo Brasileiro, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, informou que o Estado Brasileiro reunia condições econômicas e financeiras suficientes que permitiriam que as instituições financeiras estatais brasileiras de fomento financiassem o empreendimento, determinando, sob estas circunstâncias, que os bancos estrangeiros fossem substituídos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assim, o BNDES, e após estudos internos efetuados de suas taxas ofertadas se mostrarem, à época, superiores às taxas oferecidas pelos bancos europeus, teve sua oferta declinada, o que culminou, ao início do segundo semestre do mesmo ano, em uma nova determinação da STN para que o financiamento fosse obtido junto à Caixa Econômica Federal – CEF, após aportes de recursos do Tesouro Nacional nesta instituição para esta finalidade.

O primeiro contrato com a CEF, assinado em dezembro de 2012, teve de ser distratado por questões jurídicas e societárias, sendo substituído por um novo contrato em junho de 2013. Durante este período, e devido às dificuldades da ELETRONUCLEAR em oferecer às garantias estipuladas no próprio contrato, mais notadamente, a celebração de contratos de garantia e contragarantias junto à UNIÃO e, de forma a atenuar os impactos advindos pelo atraso na efetivação deste contrato de financiamento, foram empreendidos esforços conjuntos entre a ELETRONUCLEAR, a ELETROBRAS e a própria CEF, que permitiram que, por meio de uma linha de financiamento de empréstimo “ponte” no valor de R\$ 1 bilhão, a fase inicial dos contratos com a Areva não sofressem novas discontinuidades. Com isso em novembro de 2013 iniciaram-se os primeiros desembolsos da linha de financiamento do empréstimo “ponte”. A demora na efetivação

desse contrato de financiamento causou uma série de outras dificuldades durante o processo de renegociação dos contratos com a Areva, face que essa condição, em algumas situações, postergava suas decisões em função da não existência de um contrato de financiamento que garantissem as condições financeiras para um fluxo de pagamentos de compromissos a serem assumidos.

Somente ao final de julho de 2015, e, após superadas todas as adversidades, o contrato de financiamento no valor de R\$ 3,8 bilhões junto à CEF tornou-se eficaz, ocorrendo nesta época a primeira liberação de recursos com consequente quitação do empréstimo “ponte”.

Assim, observa-se que esta linha de financiamento, para suprir a cobertura dos dispêndios com fornecedores de materiais e serviços estrangeiros, somente veio a ocorrer após 8 (oito) anos da autorização para retomada do empreendimento. Com este significativo atraso, e, igualmente ao ocorrido com a linha de financiamento junto ao BNDES, novos prejuízos com aumentos nominais ao orçamento do empreendimento foram imputados, sendo este agora em maior escala, derivados mais significativamente pela variação cambial ocorrida no período e custos indiretos associados ao atraso do empreendimento.

Com o objetivo de caracterizar a situação atual de Angra 3, e, as implicações de sua paralisação para a ELETRONUCLEAR e para o Sistema ELETROBRAS, a administração da ELETRONUCLEAR vêm conduzindo iniciativas para a implantação de um Plano de Ações para o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

Este Plano de Ações visou a atender, entre outros, à condição requerida pelo BNDES, para a suspensão do início do pagamento do principal da dívida e a suspensão parcial do pagamento dos juros em seu contrato de financiamento, cujo êxito desta concessão de suspensão será mencionado na nota 37.

O Plano de Ações está estruturado em duas partes. Na primeira parte é apresentado um breve histórico da evolução do empreendimento, destacando as principais dificuldades enfrentadas no seu desenvolvimento e que levaram à sua situação atual de paralisação. São abordadas ainda as consequências para a ELETRONUCLEAR e para o Sistema ELETROBRAS desta condição de paralisação e de indefinição quanto à conclusão da obra, que motivam o estabelecimento de um Plano de Ações para viabilização das condições para retomada e conclusão do empreendimento.

Na segunda parte, detalha as ações em três frentes: a) ações jurídicas e de *compliance*; b) atividades preparatórias para retomada; e c) equacionamento dos recursos para conclusão do empreendimento.

No Plano de Ações, as iniciativas a serem empreendidas são definidas de forma objetiva, indicando as metas a serem alcançadas, os prazos e as instituições envolvidas na sua consecução.

A ELETRONUCLEAR juntamente com sua *holding* ELETROBRAS, vêm participando de um fórum que analisa alternativas de cenários para a viabilização do Empreendimento, tendo como demais componentes o Ministério das Minas e Energia, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, BNDES e Caixa Econômica. Várias soluções estão sendo estudadas na esfera superior no sentido de que as necessidades econômicas e de ordem conjuntural possam ser viabilizadas para a retomada do projeto de construção da usina.

É importante destacar que a tarifa inicial de R\$ 148,65/MWh, base setembro de 2009 e homologada em 2010, não trouxe equivalência com o custo do serviço da usina. Essa tarifa também não foi compatível com os parâmetros de usinas térmicas da ocasião, e, portanto, encontra-se em um patamar diferente e inferior ao do seu segmento.

A simples atualização monetária da tarifa original para fins de teste de *impairment*, não atende a atual necessidade de recursos para gerir o empreendimento de forma equilibrada. Uma tarifa adequada alteraria substancialmente de forma positiva as projeções de viabilidade do projeto. Portanto, é fundamental para o sucesso do empreendimento, que se proceda a uma revisão tarifária, compatível com as suas necessidades, de modo a atingir o equilíbrio econômico financeiro adequado. Outras alternativas que tragam recursos livres ao projeto e que também poderiam viabilizá-lo, estão sendo objeto de análise no fórum competente.

## NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2016 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2015	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 30/06/2016
Em curso	34.864	1.329	-	-	69	-	36.262
Em serviço - custo	102.198	-	-	-	-	-	102.198
Amortização	(76.790)	-	-	(4.398)	(69)	-	(81.257)
Total em serviço	25.408	-	-	(4.398)	(69)	-	20.941
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>60.272</b>	<b>1.329</b>	<b>-</b>	<b>(4.398)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57.203</b>

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2014	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2015
Em curso	23.755	12.683	(1.773)	-	199	-	34.864
Em serviço - custo	100.425	-	1.773	-	-	-	102.198
Amortização	(66.041)	-	-	(10.550)	(199)	-	(76.790)
Total em serviço	34.384	-	1.773	(10.550)	(199)	-	25.408
TOTAL LÍQUIDO	58.139	12.683	-	(10.550)	-	-	60.272

## NOTA 16 – FORNECEDORES

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e, para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está composta nessa rubrica, a provisão do valor de R\$ 195.323 (R\$ 180.594 em 31 de dezembro de 2015), a ser pago à FURNAS. Essa provisão, entendida como devolução líquida à FURNAS de faturamento a maior, decorre do seguinte:
- 1) Diferença a favor de FURNAS entre as tarifas provisórias, que deram base ao faturamento da ELETRONUCLEAR de 2010, 2011 e 2012, e as tarifas definitivas recentemente, divulgadas pela Resolução Homologatória nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, a crédito desta rubrica, no valor de R\$ 211.060;
  - 2) Complemento de faturamento realizado pela ELETRONUCLEAR no período de 2005 a 2012, a débito desta rubrica, referente às diferenças das perdas na transmissão no valor de R\$ 73.468;
  - 3) Atualização monetária de R\$ 36.383 e juros de R\$ 21.348 a crédito desta rubrica.
- c) A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES EM 30/06/2016				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	65.108	65.108
Fornecedores - nacional	391.958	-	62.092	454.050
Fornecedores - exterior	123.373	15.971	(11.520)	127.824
TOTAL CIRCULANTE	515.331	15.971	115.680	646.982
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	130.215	130.215
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	130.215	130.215
TOTAL EM 30/06/2016	515.331	15.971	245.895	777.197

FORNECEDORES EM 31/12/2015				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	60.198	60.198
Fornecedores - nacional	384.123	-	89.280	473.403
Fornecedores - exterior	107.740	22.152	101.746	231.638
TOTAL CIRCULANTE	491.863	22.152	251.224	765.239
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	120.396	120.396
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	120.396	120.396
TOTAL EM 31/12/2015	491.863	22.152	371.620	885.635

## **NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

### **Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2**

Tratam-se de financiamentos captados com a Eletrobras para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2, para a troca dos geradores de vapor, da tampa do vaso de pressão do reator da Usina Angra 1 e para o capital de giro da companhia.

Em 22 de dezembro de 2015, houve o ingresso do montante de R\$ 150.000, referente a um novo contrato de repasse com a Eletrobras para cobertura de despesas com o Plano de Incentivo ao Desligamento - PID, nos termos da Resolução 653/2016, de 1º de Dezembro de 2015. A amortização em 18 (dezoito) parcelas mensais, iguais e sucessivas iniciou-se em 30 de Março de 2016.

Em 05 de maio de 2016, houve o ingresso da 1ª liberação de R\$ 100.000, referente a um novo contrato de financiamento com a Eletrobras para aquisição de combustível nuclear junto à Indústrias Nucleares do Brasil - INB, nos termos do contrato N° ECF 3284/2016, de 3 de Maio de 2016. E em 31 de Maio de 2016, houve a 2ª liberação de R\$ 33.000. A amortização em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas será iniciada em 28 de Fevereiro de 2017. Durante o prazo de carência, serão pagos os encargos da dívida.

Em garantia dos compromissos assumidos com a Eletrobras, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público, para que, em caso de inadimplência, possa receber diretamente os valores em atraso.

### **Aplicações na Usina Angra 3**

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a Eletrobras, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da Eletrobras, com abertura de um crédito de R\$ 6.14 bilhões, destinados à implantação da usina Angra 3.

Em garantia dos compromissos assumidos com o contrato do BNDES acima, a ELETRONUCLEAR constituiu uma Cessão Fiduciária em favor do BNDES, em caráter



irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações deste contrato, decorrentes da venda de energia produzida pela Usina de Angra 3.

A ELETRONUCLEAR deve apresentar ao BNDES, trimestralmente, Relatório Gerencial sobre a evolução física e financeira do projeto de Angra 3, assim como o Relatório sobre o andamento dos Programas Ambientais do empreendimento. Outras obrigações da empresa incluem: a permissão de ampla inspeção das obras do projeto por parte de representantes do BNDES; a comunicação ao banco de fomento de qualquer ocorrência que acarrete a alteração do Quadro de Usos e Fontes do projeto; não conceder preferência a outros créditos sem a anuência do BNDES; apresentar até 30 de abril de cada ano as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em 28 de junho 2013, foi assinado o contrato nº 0410.351-27/2013 entre a ELETRONUCLEAR e a Caixa Econômica Federal (contrato principal), no montante de R\$ 3.800.000, para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços. O prazo do contrato é de 25 anos, a partir da data de assinatura, com a taxa de juros de 6,5% a.a. De acordo com a cláusula 3ª – Liberação de Recursos, a realização fica condicionada ao prévio adimplemento de diversas condições estipuladas nesse contrato, dentre as quais consta a celebração do contrato de Garantia Fidejussória da União e do contrato em Contragarantia da ELETRONUCLEAR.

Como tais exigências não foram preenchidas no período programado, e como havia uma grande quantidade de faturas de equipamentos e serviços já vencidas, e também depois de diversas tratativas entre as partes, optou-se pela assinatura de um subcontrato em 30/09/2013, denominado Empréstimo-Ponte nº 0418.626-06/2013, com garantia da Eletrobras, no valor de R\$ 1 bilhão, com a taxa de juros de 6,7% a.a. capitalizados e incorporados ao saldo devedor. Tal contrato já está assinado e registrado em cartório. Todos os saques previstos foram realizados e em 27 de julho de 2015 foi efetuada a quitação final do referido contrato.

Com o contrato de garantia assinado pela União, em 17 de julho de 2015, o contrato principal de R\$ 3.800.000, firmado com a Caixa Econômica Federal – CEF, em 28 de junho de 2013 entrou em vigor em conformidade com o estipulado na Cláusula Vigésima Sexta – Eficácia.

Em 27 de julho de 2015, fizemos o lançamento contábil da quitação do novo saldo devedor da conta de curto prazo (R\$ 1.078.003) – Empréstimo-Ponte CEF, e contabilizamos o valor do primeiro desembolso do contrato principal (R\$ 1.983.570) na conta de longo prazo.

Em 21 de Março de 2016, foi realizado o segundo desembolso da CEF relativo ao contrato nº 0410.351-27/2013, no valor de R\$ 478.000, para o pagamento de faturas de importação de serviços e equipamentos.

**a) Quadro dos financiamentos e empréstimos**

DESCRIÇÃO	30/06/2016					31/12/2015				
	R\$ MIL					R\$ MIL				
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	TX. EFETIVA	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	TX. EFETIVA
CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
<b>ANGRAS 1 e 2:</b>										
ELETROBRAS	-	36.228	318.431	354.659	7,00%	-	47.472	335.512	382.984	7,00%
ELETROBRAS - PSPE*	-	118.710	147.639	266.349	16,86%	539	89.570	210.113	300.222	15,66%
ELETROBRAS - PLR	-	1.927	-	1.927	16,86%	-	11.560	-	11.560	15,66%
ELETROBRAS - INB	-	55.417	77.583	133.000	19,41%					
<b>ANGRA 3:</b>										
ELETROBRAS	-	-	594.250	594.250	5,50%	-	-	594.250	594.250	5,50%
ELETROBRAS	-	36.969	258.782	295.751	16,86%	-	12.323	283.427	295.750	15,66%
BNDES	10.361	75.251	3.263.436	3.349.048	9,22%	9.912	36.665	3.157.397	3.203.974	8,72%
CEF	11.187	-	2.581.574	2.592.761	6,50%	9.164	-	2.030.191	2.039.355	6,50%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>21.548</b>	<b>324.502</b>	<b>7.241.695</b>	<b>7.587.745</b>		<b>19.615</b>	<b>197.590</b>	<b>6.610.890</b>	<b>6.828.095</b>	

\* É composto pelo empréstimo realizado em 2014 - R\$ 149.683 e em 2015 - R\$116.667, totalizando R\$ 266.349

**b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos**

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	217.205	6.610.890	6.828.095
Ingressos	-	611.000	611.000
Encargos - resultado	44.791	-	44.791
Encargos - investimento	239.037	-	239.037
Variação Monetária - resultado	589	22.605	23.194
Transferência para o circulante	197.829	(197.829)	-
Incorporação de encargos ao principal	(195.029)	195.029	-
Pagamentos	(158.372)	-	(158.372)
Saldo em 30 de junho de 2016	346.050	7.241.695	7.587.745

**c) Dívida total com seus vencimentos programados**

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	30/06/2016	31/12/2015
2016	147.916	217.013
2017	375.086	252.616
2018	267.272	248.753
2019	305.219	290.213
2020	317.337	301.320
2021	330.339	313.242
2022	325.729	307.479
Após 2022	5.518.847	4.897.459
<b>TOTAL</b>	<b>7.587.745</b>	<b>6.828.095</b>

## NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347	-	-
PASEP e COFINS	18.395	14.467	-	-
PASEP e COFINS - Provisão	(14.499)	(14.499)	-	-
I.R.P.J. Parcelamento	1.167	-	4.667	-
IPTU Acordo Angra	-	-	16.441	-
Taxas de importação	14.289	19.054	-	-
COSIRF	7.784	4.815	-	-
CIDE s/serviços no exterior	1.160	(122)	-	-
IRRF - Folha de pagamento	8.654	18.166	-	-
INSS	9.537	12.374	-	-
FGTS	2.223	4.182	-	-
ISS sobre importação e outros	1.984	3.819	-	-
Outros	8.837	10.289	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>62.878</b>	<b>75.892</b>	<b>21.108</b>	<b>-</b>

A companhia constitui IRPJ e CSLL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei nº11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em junho de 2016, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 2.454.441 (R\$ 2.381.194 em 2015), contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

Em 15.02.2016, a Companhia recebeu a notificação de lançamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, no valor total de R\$ 27.462 mil (principal de R\$ 15.484), pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - PMAR, referente à inscrição imobiliária das áreas de sua propriedade na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto CNAAA.

Os valores lançados em cobrança retroativa, para os exercícios de 2010 a 2015, referem-se a áreas adicionais de terreno, que foram acrescentadas ao cadastro imobiliário em processo administrativo requerido pela própria administração da Companhia em

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	30/06/2016				31/12/2015			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionamento	550.098	49.509	137.525	187.033	591.429	53.229	147.857	201.086
Provisão para participações de empregados	(52.730)	(4.746)	(13.183)	(17.928)	(60.866)	(5.478)	(15.217)	(20.694)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	166.674	15.001	41.669	56.669	172.362	15.513	43.091	58.603
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(24.858)	(2.237)	(6.215)	(8.452)	(25.337)	(2.280)	(6.334)	(8.615)
Imobilizado do descomissionamento-Custo	(18.702)	(1.683)	(4.676)	(6.359)	(11.876)	(1.069)	(2.969)	(4.038)
Outros ajustes CPC	(287.109)	(25.840)	(71.777)	(97.617)	(233.554)	(21.020)	(58.389)	(79.408)
Baixa despesas administrativas	(198.977)	(17.908)	(49.744)	(67.652)	(204.351)	(18.392)	(51.088)	(69.479)
Impairment	(8.477.933)	(763.014)	(2.119.483)	(2.882.497)	(6.063.454)	(545.711)	(1.515.864)	(2.061.574)
Contrato Oneroso	(1.677.269)	(150.954)	(419.317)	(570.271)				
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(105.153)	(9.464)	(26.288)	(35.752)	(93.902)	(8.451)	(23.476)	(31.927)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(87.147)	(7.843)	(21.787)	(29.630)	(77.585)	(6.983)	(19.396)	(26.379)
Provisão para benefícios pós emprego	252	23	63	86	18.035	1.623	4.509	6.132
Provisão para devedores duvidosos	(98.166)	(8.835)	(24.542)	(33.376)	(97.097)	(8.739)	(24.274)	(33.013)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências judiciais	(188.492)	(16.964)	(47.123)	(64.087)	(169.543)	(15.259)	(42.386)	(57.645)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Provisão para Plano de Incentivo - PSPE	(41.868)	(3.768)	(10.467)	(14.235)	(48.449)	(4.360)	(12.112)	(16.473)
Subtotal	(11.232.109)	(1.010.890)	(2.808.027)	(3.818.917)	(6.994.917)	(629.543)	(1.748.729)	(2.378.272)
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(11.232.109)</b>	<b>(1.010.890)</b>	<b>(2.808.027)</b>	<b>(3.818.917)</b>	<b>(6.994.917)</b>	<b>(629.543)</b>	<b>(1.748.729)</b>	<b>(2.378.272)</b>
(-)Ativo Diferido	11.232.109	1.010.890	2.808.027	3.818.917	6.994.917	629.543	1.748.729	2.378.272
Outros resultados abrangentes	81.203	7.308	20.301	27.609	52.013	4.681	13.003	17.684
(-) Outros resultados abrangentes	(81.203)	(7.308)	(20.301)	(27.609)	(52.013)	(4.681)	(13.003)	(17.684)
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

13.11.2015. Ocorre que o Município, ao efetuar tais alterações em seu cadastro, efetuou também o lançamento retroativo das diferenças apuradas para os exercícios de 2010 a 2015, com a incidência de juros de mora (R\$ 8.134 mil) e correção monetária (R\$3.844 mil).

Em 16.03.2016, a Companhia requereu, junto a PMAR, o parcelamento para os lançamentos efetuados entre os exercícios de 2011 a 2015, no valor total de R\$ 21.921 mil (principal de R\$ 13.326 mil) em 60 (sessenta) parcelas mensais. A impugnação do lançamento efetuado para o exercício de 2010, no valor total de R\$ 5.541 mil (principal de R\$ 2.158 mil), foi deferida por entender que estão presentes os pressupostos para alegações de decadência da cobrança deste lançamento em junho de 2016.

## NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	30/06/2016	31/12/2015
Provisão IR e CSLL sobre lucro real	14.076	-
Provisão de férias e gratificação de férias	43.989	42.549
Encargos sociais sobre provisão de férias	24.511	24.389
Provisão de 13º salário	4.708	19
Encargos sociais sobre provisão de 13º salário	3.962	-
<b>TOTAL</b>	<b>91.246</b>	<b>66.957</b>

## NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	30/06/2016	31/12/2015
RGR	4.894	(254)
Taxa de fiscalização da Aneel	732	635
<b>TOTAL</b>	<b>5.626</b>	<b>381</b>

## NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em 30 de junho de 2016 não ocorreram alterações na natureza e nas condições dos planos de benefícios à aposentadoria em relação ao descrito na Nota 21 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A companhia entende que não houve impacto material nos benefícios pós-emprego por conta das adesões ao plano de incentivo de desligamento mencionado na nota 22.

Os saldos dos benefícios de aposentadoria podem ser demonstrados como segue:

	30/06/2016	31/12/2015
Obrigações registradas no balanço patrimonial com		
Benefícios de planos de pensão	39.259	46.872
Benefícios de saúde pós-emprego	11.803	11.083
	51.062	57.955
(-) parcela classificada no passivo circulante	(2.730)	(2.529)
	48.332	55.426

	30/06/2016	30/06/2015
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado		
Benefícios de planos de pensão	(18.005)	(20.094)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	(1.591)	(2.145)
Ganhos (perdas) atuariais das dívidas contratadas reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	2.047	2.718
Redução (aumento) no ativo nos outros resultados abrangentes	-	-
	456	573

Conforme descrito na Nota 21 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, no período em que ocorrem em outros resultados abrangentes conforme orientação do CPC 33.

**a) Movimentação das obrigações de benefícios de aposentadoria**

O estudo atuarial, em consonância com o CPC 33, efetuado por atuário independente para a data base de 31 de dezembro de 2015, apresentou passivo de R\$ 57.955. O referido estudo atuarial será revisado em 31 de dezembro de 2016. A movimentação das obrigações dos benefícios de aposentadoria pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	57.955
Pagamentos	(1.978)
Valores reconhecidos no resultado	18.005
Perdas atuariais reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	(456)
Saldo em 30 de junho de 2016	73.526

**NOTA 22 – PROVISÃO PARA PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO**

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2014, o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012, com o início das adesões em março de 2014 e término em abril de 2014. Ocorreram 341 desligamentos até 31 de dezembro de 2014, 277 até 31 de dezembro de 2015, 1 em fevereiro de 2016, e o último em maio de 2016.

A ELETRONUCLEAR reconheceu um complemento de provisão no montante de R\$ 223 referente a um funcionário incluso no programa em janeiro de 2016; e a baixa de R\$ 6.804 referente ao plano de saúde dos funcionários incentivados e aos últimos desligamentos ocorridos em 2016. Em 30 de junho de 2016, o saldo da provisão é R\$ 41.868 (R\$ 48.449 em dezembro de 2015).

PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO 2016 - R\$ MIL					
Descritivo	30/06/2016				
	31/12/2015	Provisão	Baixa	Transferência	Saldo
<u>Circulante</u>					
Incentivo	1.102	148	(1.250)	-	-
Plano Médico	10.952			7	10.959
Subtotal	12.054	148	(1.250)	7	10.959
<u>Não Circulante</u>					
Plano Médico	36.395	75	(5.554)	(7)	30.909
Subtotal	36.395	75	(5.554)	(7)	30.909
<b>TOTAL</b>	<b>48.449</b>	<b>223</b>	<b>(6.804)</b>	<b>-</b>	<b>41.868</b>

## NOTA 23 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

### a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	30/06/2016		31/12/2015	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
<b>TRABALHISTAS</b>				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	46.873	8.641	37.967	8.236
Planos Bresser, Collor, etc.	4.733	2.037	4.633	2.020
Outras	3.981	1.963	2.399	1.905
Atualização	10.069	-	9.949	-
	<b>81.388</b>	<b>12.641</b>	<b>70.680</b>	<b>12.161</b>
<b>TRIBUTÁRIAS</b>				
Tributos Feder/Estaduais	217	80	217	80
INSS	14.211	32.482	14.211	32.482
Atualização	49.913	-	46.480	-
	<b>64.341</b>	<b>32.562</b>	<b>60.908</b>	<b>32.562</b>
<b>CÍVEIS</b>				
Desapropriações	-	-	-	-
Responsabilidade civil	1.657	80	1.657	80
Outros	418	71	406	71
Atualização	13.871	-	12.867	-
	<b>15.946</b>	<b>151</b>	<b>14.930</b>	<b>151</b>
<b>AMBIENTAL</b>				
Contecioso ambiental	26.293	-	25.293	-
Atualização	10.161	-	7.893	-
	<b>36.454</b>	<b>-</b>	<b>33.186</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>198.129</b>	<b>45.354</b>	<b>179.704</b>	<b>44.874</b>

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em



23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

Em abril de 2014, foram inseridas provisões prováveis de multas ambientais relacionadas a processos administrativos em curso no IBAMA, decorrentes de autos de infração pela captura incidental de quelônios em Angra 2, que monta o valor de R\$ 21.687, atualizados em R\$ 30.190.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 3.483.443 atualizados em 30 de junho de 2016 (R\$ 138.653 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 231.735 de processos de natureza trabalhista (R\$ 16.543 em 31 de dezembro de 2015), R\$ 128.904 de ações tributárias (R\$ 121.384 em 31 de dezembro de 2015), R\$ 3.122.804 de ações cíveis (R\$ 726 em 31 de dezembro de 2015).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se:

- a) A ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo de número 0003767-29.2009.8.19.0001 e garantia, montam R\$ 86.396, atualizados em R\$ 104.462
- b) Ação ordinária (processo nº 0488193-93.2015.8.19.0001) proposta pelo Consórcio Angramon (Andrade Gutierrez Engenharia SA, Andrade Corrêa SA, Construtora Norberto Odebrecht SA, UTC Engenharia SA, Techint Engenharia e Construção SA, Empresa Brasileira de Engenharia SA e Construtora Queiroz Galvão SA) com o objetivo de rescindir o contrato de montagem eletromecânica com fundamento na ausência de pagamento, pela ELETRONUCLEAR, por mais de 90 dias, bem como a não aplicação, também pela ELETRONUCLEAR, de penalidades ou de execução da garantia contratual.

A Empresa contratou a LOBO & IBEAS Advogados para representá-la no processo, tendo a contratada apresentado sua posição preliminar de que as chances de êxito por parte da ANGRAMON são possíveis. Acrescenta a contratada que essa opinião de probabilidade de perda na referida demanda, resulta de juízo preliminar, podendo servir tão somente a atender aos elementos de avaliação para fins de demonstrações financeiras e de auditoria.

A ELETRONUCLEAR contestou a ação por seus advogados e o Consórcio Angramon apresentou réplica. A antecipação dos efeitos da tutela não foi deferida pela julgadora. Na mesma decisão, foi determinada a intimação da União Federal para manifestar eventual interesse na lide, o que foi efetivado na data de 22/03/2016.

Na hipótese de a ação ser julgada favoravelmente aos autores, à ELETRONUCLEAR serão impostos ônus de sucumbência, no que se incluem as custas judiciais e demais despesas incorridas e honorários advocatícios, estes que poderão variar, a critério do juiz da causa, de 10% a 20% sobre o valor da causa.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível, e não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentam o montante de R\$ 219.

## **b) Movimentação**

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL					
Composição	SALDO EM	ATUALIZAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM
	31/12/2015	EM 30/06/2016	BAIXAS	INCLUSÕES	30/06/2016
Trabalhistas	70.680	120	(60)	10.648	81.388
Tributárias	60.908	3.433	-	-	64.341
Cíveis	14.930	1.003	(25)	38	15.946
Ambiental	33.186	2.268	-	1.000	36.454
<b>TOTAL</b>	<b>179.704</b>	<b>6.824</b>	<b>(85)</b>	<b>11.686</b>	<b>198.129</b>

## **NOTA 24 – CONTRATO ONEROSO**

A ELETRONUCLEAR apurou um Valor Presente Líquido (VPL) negativo no valor de R\$ 10.155.202 mil para o empreendimento de Angra 3, determinando o registro de uma provisão passiva adicional por contrato oneroso no valor de R\$ 1.677.269 mil.

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimentos, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.

## **NOTA 25 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS**

### **a) Descomissionamento**

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

#### **a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento**

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos dessas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

No exercício de 2013, foi realizado um estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R\$ 2.089.513, sendo R\$ 938.175 para a Usina Angra 1 e R\$ 1.151.338 para a Usina Angra 2. O valor presente, correspondente, registrado no passivo é de R\$ 727.277. Tal estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva, conforme RDE 1160.006/13 de 19.12.2013 e prevê atualização há cada cinco anos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

#### **b) Constituição do Passivo para Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado**

A Diretoria executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1247.003/15 de 12/08/2015, o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, estendido para 2015, com a revisão das estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2, para a data base julho 2015. Essa atualização atende ao estabelecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear na Resolução CNEN nº 187 de 15/05/2015.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

**b.1)** Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 55,268 milhões (base jul/2015).

**b.2)** Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis, usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 610,127 milhões (base jul/2015), montante projetado à época da realização dos estudos do GT, para a implantação de Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação.

Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis, usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 610,127 milhões (base jul/2015), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, incluído os rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado em 30 de junho 2016 é de R\$ 1.242.516 (R\$ 1.201.186 em 31 de dezembro de 2015).

### **c) Ajuste a valor presente do Descomissionamento, Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado**

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

O mesmo procedimento é efetuado para os rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado, mas o período para o ajuste a valor presente é o início do comissionamento até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema Eletrobras é de 7,00% ao ano.

O valor do ajuste a valor presente do descomissionamento, rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado reconhecido no resultado em junho de 2016 é de R\$ 41.330 (R\$ 81.875 em dezembro de 2015).

**d) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:**

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
	30/06/2016			31/12/2015
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	938.175	(410.311)	527.864	510.305
ANGRA 2	1.151.338	(926.901)	224.437	216.972
<b>TOTAL</b>	<b>2.089.513</b>	<b>(1.337.212)</b>	<b>752.301</b>	<b>727.277</b>
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
	30/06/2016			31/12/2015
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	248.137	(65.132)	183.005	176.919
ANGRA 2	416.545	(109.335)	307.210	296.990
<b>TOTAL</b>	<b>664.682</b>	<b>(174.467)</b>	<b>490.215</b>	<b>473.909</b>
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
	30/06/2016			31/12/2015
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	1.186.312	(475.443)	710.869	687.224
ANGRA 2	1.567.883	(1.036.236)	531.647	513.962
<b>TOTAL</b>	<b>2.754.195</b>	<b>(1.511.679)</b>	<b>1.242.516</b>	<b>1.201.186</b>

## NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A- ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E.Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
<b>TOTAL</b>	<b>20.401.976.042</b>	<b>5.719.179.505</b>	<b>26.121.155.547</b>	<b>100,00</b>	<b>6.607.258</b>

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- Prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- Dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- Direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

## NOTA 27 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Suprimento de energia elétrica	728.883	534.469	1.450.851	1.103.828
Outros Serviços	-	-	-	-
Impostos sobre vendas				
PASEP	(12.027)	(8.819)	(23.939)	(18.213)
COFINS	(55.395)	(40.620)	(110.265)	(83.891)
ISS	-	-	-	-
Outros	(399)	(407)	(797)	(818)
	(67.821)	(49.846)	(135.001)	(102.922)
Reserva global de reversão - RGR	(19.672)	(14.128)	(39.136)	(29.303)
<b>TOTAL</b>	<b>641.390</b>	<b>470.495</b>	<b>1.276.714</b>	<b>971.603</b>

### - Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2 de 6.852.353 MWh\* de 6.852.353 (6.873.566 \* em 2015), corresponde a uma receita no segundo trimestre de 2016 de R\$ 1.450.851 (R\$ 1.103.828 em 2015).

#### a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

#### b) Apuração do PASEP e do COFINS

A apuração do PASEP e COFINS é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

\*Informação não auditada por auditoria independente

**NOTA 28 – CUSTO OPERACIONAL**

CUSTO OPERACIONAL				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal	90.100	95.040	186.972	188.627
Pessoal - PSPE	-	-	108	-
Pessoal - PSPE - PMA	1.104	-	2.270	-
Material	9.423	17.044	11.851	22.221
Serviços de terceiros	30.983	55.626	46.134	92.058
Depreciação e amortização	96.807	89.137	193.117	178.146
Encargos de uso da rede de transmissão	21.390	18.581	43.731	38.146
Combustível para produção de energia elétrica	96.117	72.182	193.035	161.115
Aluguéis	1.969	2.098	4.049	4.328
Provisão para plano de incentivo de desligamento (a)	(2.870)	(413)	(4.804)	(141)
Outros	6.049	3.344	13.609	11.685
<b>TOTAL</b>	<b>351.072</b>	<b>352.639</b>	<b>690.072</b>	<b>696.185</b>

a) **Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.

**NOTA 29 – DESPESAS OPERACIONAIS**

DESPESAS OPERACIONAIS				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal (a)	25.536	22.526	51.121	51.641
Pessoal - PSPE	-	-	40	-
Pessoal - PSPE - PMA	409	-	840	-
Material	1.021	567	1.735	3.307
Serviços de terceiros	31.698	28.842	61.605	52.172
Depreciação e amortização	2.192	2.744	4.405	5.124
Aluguéis	5.447	6.297	10.261	8.891
Provisões para risco e benefício pós-emprego	27.222	18.033	36.224	30.240
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(35)	75	1.069	47
Provisão para plano de incentivo de desligamento (a)	(1.061)	(153)	(1.777)	(52)
" Impairment" de Angra 3 (b)	2.414.479	-	2.414.479	-
Contrato Oneroso de Angra 3 (c)	1.677.269	-	1.677.269	-
Outras provisões	(8.509)	398	730	1.301
Outras	13.006	7.222	37.819	9.047
<b>TOTAL</b>	<b>4.188.674</b>	<b>86.551</b>	<b>4.295.820</b>	<b>161.718</b>



- a) **Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.
- b) **Impairment de Angra 3** – conforme descrito na Nota 14.
- c) **Contrato Oneroso de Angra 3** – conforme descrito na Nota 24.

### NOTA 30 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL	
	30/06/2016	30/06/2015
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	883	657
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	20.338	3.096
Ganho sobre títulos e valores mobiliários de longo prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	-	60.605
Outras	3.278	2.021
	24.499	66.379
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos sobre financiamentos - Eletrobras	(44.791)	(25.611)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(41.330)	(43.258)
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	(91.793)	(56.390)
Perda sobre títulos e valores mobiliários de longo prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	(69.503)	-
Despesa com juros - diferença de tarifa	(5.511)	(5.125)
Variaç.monetária - diferença de tarifa	(9.219)	(8.759)
Outras	(6.627)	(2.981)
	(268.774)	(142.124)
<b>TOTAL</b>	<b>(244.275)</b>	<b>(75.745)</b>

## NOTA 31 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado dos períodos findos em 2016 e 2015 segue demonstrada:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES  NO RESULTADO	R\$ MIL							
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Períodos de 3 meses findos em				Períodos de 6 meses findos em			
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
(Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(4.016.396)	(140.470)	(4.016.396)	(140.470)	(3.953.453)	37.955	(3.953.453)	37.955
Adições								
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	20.840	21.804	20.840	21.804	41.330	43.258	41.330	43.258
Provisões diversas	357	806	357	806	731	2.079	731	2.079
Provisão Impairment Angra 3	2.414.479		2.414.479		2.414.479		2.414.479	
Provisão Contrato Oneroso	1.677.269		1.677.269		1.677.269		1.677.269	
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	7.793	10.750	7.793	10.750	19.521	25.334	19.521	25.334
Provisão atuarial benefício pós-emprego	9.002	10.047	9.002	10.047	18.005	20.095	18.005	20.095
Provisão para Devedores Duvidosos	8	76	8	76	1.119	79	1.119	79
Receita financeira Angra 3 transferida p/o imobilizado	6.176	853	6.176	853	9.562	1.600	9.562	1.600
Provisão para contingências	9.414	7.709	9.414	7.709	18.303	10.700	18.303	10.700
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	38.657	30.784	38.657	30.784	76.841	61.113	76.841	61.113
Provisão plano incentivo - PSPE	222	-	222	-	222	-	222	-
Provisão para PLR dos empregados								
Outras	52	73		20	181	261	8	196
	4.184.269	82.902	4.184.217	82.849	4.277.563	164.519	4.277.390	164.454
Exclusões								
Provisão atuarial - resultados abrangentes		9.179	-	9.179		18.384	-	18.384
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização		-	-	-		-	-	-
Ajustes nas depreciações pelos CPCs		2.687	-	2.687		5.373	-	5.373
Reversão de provisão para devedores duvidosos	42		42		50		50	
Reversão de provisão PSPE	4.213	-	4.213	-	6.804	28.946	6.804	28.946
Reversão de provisão para contingências		14.785	-	14.785	84	1.363	84	1.363
Reversão de provisão para PLR	589		589		8.136	-	8.136	-
Reversão outras provisões	2.687		2.687		5.373		5.373	
	7.531	26.651	7.531	26.651	20.447	54.066	20.447	54.066
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	160.342	(84.219)	160.290	(84.272)	303.663	148.408	303.490	148.343
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	48.103	(25.266)	48.087	(25.282)	91.099	44.522	91.047	44.503
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	112.239	(58.953)	112.203	(58.990)	212.564	103.886	212.443	103.840
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Ajuste de exercícios anteriores			-	-		12.189		4.482
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do período	28.054	(14.744)	10.098	(5.309)	53.129	38.148	19.120	13.828

## NOTA 32 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS				
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO			
	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Rendimento das aplicações financeiras contabilizados no resultado	6.683	1.510	10.445	2.257
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(6.176)	(853)	(9.562)	(1.600)
Efeito na receita financeira	507	657	883	657
Encargos financeiros contabilizados no resultado	149.804	103.477	283.828	200.311
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(124.756)	(90.688)	(239.037)	(174.700)
Efeito na despesa financeira	25.048	12.789	44.791	25.611
Efeito líquido no resultado	(24.541)	(12.132)	(43.908)	(24.954)

## NOTA 33 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL												
SALDOS	30 DE JUNHO DE 2016											31/12/2015
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletoacre	Celg	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
<b>Ativo</b>												
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	1.758	7.501	2.103	1.846	1.912	15.120	11.924
Fundo descomissionamento	450.988	-	-	-	-	-	-	-	-	-	450.988	492.938
Outras contas a receber	33.053	5.070	53	-	20	-	-	-	-	-	38.196	39.261
<b>Passivo</b>												
Fornecedores	-	(1.037)	(4)	-	-	-	-	-	-	-	(1.041)	(1.027)
Fornecedores - Provisão	-	(637)	(542)	(531)	(462)	-	-	-	-	-	(2.172)	(2.282)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(195.323)	-	-	-	-	-	-	-	-	(195.323)	(180.594)
Financiamentos captados	(1.645.936)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.645.936)	(1.584.227)
Saldo Líquido	(1.161.895)	(191.927)	(493)	(531)	(442)	1.758	7.501	2.103	1.846	1.912	(1.340.168)	(1.224.007)
<b>TRANSAÇÕES</b>												
	30 DE JUNHO DE 2016											30/06/2015
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletoacre	Celg	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
<b>Receita</b>												
Venda de energia	-	-	-	-	-	3.426	45.009	12.615	11.074	11.472	83.596	33.023
Remuneração do fundo financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.605
<b>Despesa</b>												
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(9.219)	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.219)	(8.759)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(5.511)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.511)	(5.125)
Encargos uso da rede elétrica	-	(4.126)	(3.187)	(3.170)	(2.830)	-	-	-	-	-	(13.313)	(11.452)
Encargos financeiros	(44.791)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.791)	(25.611)
Cessão de funcionários	(301)	(184)	-	-	(293)	-	-	-	-	-	(778)	(518)
Auditoria externa	(277)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(277)	(323)
Remuneração do fundo financeiro	(69.503)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.503)	-
Saldo Líquido	(114.872)	(19.040)	(3.187)	(3.170)	(3.123)	3.426	45.009	12.615	11.074	11.472	(59.796)	41.840

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

### NOTA 34 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos		Períodos de 6 meses findos	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	19.672	14.128	39.136	29.303
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	22	21	44	42
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE classificada como retificadora da receita operacional	377	386	753	776
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	2.194	1.906	4.389	3.812
<b>TOTAL</b>	<b>22.265</b>	<b>16.441</b>	<b>44.322</b>	<b>33.933</b>

### NOTA 35 – SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida para reais, pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 30 de junho de 2016, é de R\$ 10.304.354 e está assim distribuído:

SEGUROS EM 30 DE JUNHO DE 2016			
SEGUROS - RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO EQUIVALENTE
Riscos nucleares	30/10/2016	4.130.050	16.064
- Danos materiais		3.209.800	11.892
- Responsabilidade civil		920.250	4.172
Riscos de Engenharia	26/08/2016	6.116.749	2.738
- Construção		2.415.840	1.562
- Responsabilidade civil		30.000	151
- Armazenamento de equipamentos		3.670.909	1.025
Diversos	Diversas	57.556	521
TOTAL		10.304.354	19.323

### NOTA 36 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de junho de 2016, foram de R\$ 46.013,65 e R\$ 3.042,52 (R\$ 41.341,24 e R\$ 2.761,11 em junho de 2015), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de junho de 2016, corresponde a R\$ 39.692,13 (R\$ 36.861,19 em junho de 2015).

Nos períodos findos em 2016 e de 2015, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL*			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Remuneração dos Diretores e Conselheiros **	768	659	1.560	1.375
Encargos Sociais	213	181	433	380
Benefícios	48	26	87	54
TOTAL	1.029	866	2.080	1.809

\* Informação não revisada por auditoria independente

\*\* Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração

## **NOTA 37 – COMPROMISSOS**

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 30 de junho de 2016. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica; à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

### **37.1 – Venda de energia elétrica**

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 530, em 21 de dezembro de 2012, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela ANEEL para o período de 2013 a 2021, conforme Resoluções Homologatórias 1.407/2012, 1.663/2013, 1.830/2014 e 2.011/2015.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.006/2015, estabeleceu a receita fixa de R\$ 2.862.070 para o ano de 2016, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela ANEEL, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período.
- Revisões tarifárias ocorrerão a cada intervalo de três anos.
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da ELETRONUCLEAR ou por iniciativa da ANEEL, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL			
	2016*	2017	2018 / 2019	2020
AES-SUL - Aes Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	43.099	73.885	147.769	73.885
AME - Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	28.729	49.249	98.498	49.249
AMPLA - Ampla Energia e Serviços S.A.	47.567	81.544	163.087	81.544
BANDEIRANTE - Bandeirante Energia S.A.	49.570	84.978	169.955	84.978
BOA VISTA - Boa Vista Energia S.A.	-	-	-	-
CAIUÁ-D - Caiuá Distribuição de Energia S.A.	5.506	9.438	18.876	9.438
CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá	4.592	7.873	15.745	7.873
CEAL - Companhia Energética de Alagoas	15.172	26.009	52.018	26.009
CEB-DIS - Ceb Distribuição S.A.	29.504	50.578	101.156	50.578
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	41.401	70.973	141.945	70.973
CELESC-DIS - Celesc Distribuição S.A.	85.415	146.426	292.851	146.426
CELG-D - Celg Distribuição S.A.	54.131	92.796	185.591	92.796
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.	33.992	58.272	116.544	58.272
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco	53.637	91.950	183.899	91.950
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	8.207	14.070	28.139	14.070
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão	24.735	42.403	84.806	42.403
CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	29.065	49.826	99.651	49.826
CEMIG-D - Cemig Distribuição S.A.	130.433	223.600	447.199	223.600
CEPISA - Companhia Energética do Piauí	13.318	22.831	45.662	22.831
CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	13.794	23.646	47.292	23.646
CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica	2.797	4.794	9.588	4.794
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	79.342	136.016	272.031	136.016
COELCE - Companhia Energética do Ceará	45.535	78.060	156.120	78.060
COPEL-DIS - Copel Distribuição S.A.	124.047	212.652	425.303	212.652
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte	21.911	37.561	75.122	37.561
CPFL JAGUARI - Companhia Jaguar de Energia	2.308	3.957	7.913	3.957
CPFL LESTE PAULISTA - Companhia Leste Paulista de Energia	1.419	2.432	4.864	2.432
CPFL MOCOCA - Companhia Luz e Força de Mococa	1.093	1.874	3.747	1.874
CPFL PIRATININGA - Companhia Piratininga de Força e Luz	48.175	82.586	165.172	82.586
CPFL SANTA CRUZ - Companhia Luz e Força Santa Cruz	4.661	7.990	15.980	7.990
CPFL SUL PAULISTA - Companhia Sul Paulista de Energia	1.927	3.303	6.606	3.303
CPFL PAULISTA - Companhia Paulista de Força e Luz	109.896	188.394	376.787	188.394
DMED - DME Distribuição S.A.	2.087	3.579	7.157	3.579
EBO - Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A.	3.355	5.751	11.502	5.751
EDEVP - Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A.	4.293	7.360	14.720	7.360
EEB - Empresa Elétrica Bragantina S.A.	3.565	6.112	12.223	6.112
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	63.951	109.630	219.260	109.630
ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre	4.120	7.064	14.127	7.064
ELETROPAULO - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	197.750	339.000	678.000	339.000
EMG - Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	5.785	9.917	19.834	9.917
ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	19.954	34.206	68.412	34.206
EPB - Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia	17.955	30.781	61.561	30.781
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	32.349	55.456	110.911	55.456
ESE - Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	13.341	22.870	45.739	22.870
IENERGIA - Iguaçú Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.	1.149	1.971	3.941	1.971
LIGHT - Light Serviços de Eletricidade S.A.	105.183	180.314	360.628	180.314
RGE - Rio Grande Energia S.A.	39.728	68.105	136.209	68.105
<b>TOTAL</b>	<b>1.669.541</b>	<b>2.862.070</b>	<b>5.724.140</b>	<b>2.862.070</b>

\* Compromisso de venda de energia para o período de junho a dezembro de 2016.

Período de 2016 a 2020 atualizado de acordo com REH 2.006/2015.

### 37.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2016	192.214
2017	180.724
2018	52.120
2019	34.447
2020	-
2021	-
Após 2021	8.655.029
<b>TOTAL</b>	<b>9.114.534</b>

### 37.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2016	30.985
2017	104.241
2018	104.241
2019	89.243
2020	-
2021	-
Após 2021	-
<b>TOTAL</b>	<b>328.710</b>

### 37.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2016	2.446.058
2017	3.784.242
2018	1.167.174
2019	49.126
2020	-
2021	-
Após 2021	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.446.600</b>



### **38 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em decisão da diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 12 de Julho de 2016, foi autorizada a renegociação da dívida do contrato nº 10.2.2032.1, assinado entre o BNDES e a ELETRONUCLEAR em 23 de fevereiro de 2011, com a suspensão do início do pagamento do principal da dívida e a suspensão parcial do pagamento dos juros apurados mensalmente. Conforme Cláusula Sexta do contrato em questão, o início da amortização do principal da dívida seria em 15 de Julho de 2016.

De acordo com a renegociação, foi definida a suspensão do pagamento do principal por 24 meses, compreendendo o período de 15 de Julho de 2016 até 15 de Junho de 2018. Com relação aos encargos da dívida, foi suspenso o pagamento de 70% dos juros durante o período de 15 de Julho de 2016 até 15 de Fevereiro de 2017. A partir de 15 de Março de 2017, a ELETRONUCLEAR terá de pagar a totalidade do valor dos encargos apurados mensalmente.

ROGÉRIO CESAR NEVES ARANHA  
Diretor de Administração e Finanças  
CPF: 808.945.187-04 – RG: 04.448.033-3 – DETRAN/RJ

RONALDO NETO ALCÂNTARA  
Superintendente Financeiro  
CPF: 085.658.417-74– CRC: RJ - 086615/O

BEATRIZ ALBINO DA SILVA  
Gerente de Contabilidade  
CPF: 090.436.427-54 – CRC: RJ – 098430/O-2